



ORIGEM DA LICITAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
MODALIDADE:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90123/2026
PROCESSO Nº:	P044771/2026
OBJETO:	CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES - NEUROLOGIA VI, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA - SMS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

O titular da origem desta licitação torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na forma **ELETRÔNICA**, a qual será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) designado(a) nos termos do **Decreto Municipal nº 15.524**, de 09 de janeiro de 2023, auxiliado(a) pela equipe de apoio também designada formalmente por ato publicado no **DOM** e juntado ao processo, para a escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a contratação do objeto desta licitação, observadas as normas e condições do presente Edital e seus anexos, e as disposições contidas nos **Decretos Municipais nº 15.608**, de 31 de março de 2023, **nº 15.595**, de 22 de março de 2023, **nº 15.604**, de 28 de março de 2023 e **nº 13.735**, de 18 de janeiro de 2016, na **Lei Federal nº 14.133**, de 01 de abril de 2021 e na **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006, **Lei Municipal nº 10.350**, de 28 de maio de 2015 e na **Lei Federal nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados).

- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO.
- **DO TIPO DO OBJETO:** AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS.
- **MODO DE DISPUTA:** ABERTO E FECHADO.
- **DO REGIME DE EXECUÇÃO:** POR DEMANDA.
- **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**\*DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO:**

1. O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), bem como nos sites [compras.fortaleza.ce.gov.br](https://compras.fortaleza.ce.gov.br) e [www.compras.gov.br](https://www.compras.gov.br)
2. O certame será realizado por meio do Sistema do **COMPRASGOV**, no endereço eletrônico [www.compras.gov.br](https://www.compras.gov.br).
3. As solicitações, informações ou dúvidas, bem como o acompanhamento de todo o trâmite ocorrerão através do site: [spuvirtual.sepog.fortaleza.ce.gov.br](https://spuvirtual.sepog.fortaleza.ce.gov.br), sendo necessário a licitante realizar **PRÉVIO CADASTRO**.

**\*DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME:**

4. **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 04/05/2026.
5. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 15/05/2026, às 10 horas.
6. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 15/05/2026, às 10 horas.
7. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo utilizadas pelo Sistema será observado o horário de Brasília/DF.
8. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo, 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**SUMÁRIO:**

- 1. DO OBJETO**
- 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**
- 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
- 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 6. DA FASE DE JULGAMENTO**
- 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**
- 8. DOS RECURSOS**
- 9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
- 10. DA FORMALIZAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA**
- 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
- 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90123/2026**  
**(Processo Administrativo nº P044771/2026)**

**1. OBJETO:**

**1.1** O objeto da presente licitação é **A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES - NEUROLOGIA VI, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA - SMS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.**

**1.2** A licitação será dividida em **ITENS**, conforme tabela constante no **Anexo I - Termo de Referência**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

**2.1** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (**[www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)**), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP – Brasil.

**2.1.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticada diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3** É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5 O presente certame apresenta-se da seguinte forma:**

**2.5.1.** Os **ITENS 01, 03 e 05** estão para **AMPLA CONCORRÊNCIA**, onde poderão participar quaisquer interessados.

**2.5.2.** Os **ITENS 02** está para **COTA RESERVADA**, e o **ITEM 04** está para a **EXCLUSIVIDADE** e se enquadram no disposto no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, tudo em conformidade com o art. 48, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

**2.5.3.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**2.6.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16, da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**2.6.1.** Para a cota reservada para microempresas, empresas de pequeno porte e/ou cooperativas, que se enquadrem no disposto no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, Lei Municipal nº 10.350/2015 e Decreto Municipal nº 13.735/2016, a proposta de preços deverá ser apresentada separadamente da cota principal, se for o caso.

**2.6.2.** Não havendo vencedor para a cota reservada às microempresas e empresas de pequeno porte, este poderá ser adjudicado ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado, ou apresentem proposta aceitável pela Administração.

**2.6.3.** Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação de quaisquer das cotas deverá ocorrer pelo preço da que tenha sido menor.

**2.7.** Será garantido às licitantes enquadradas como microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação, de acordo com o previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu Capítulo V – DO ACESSO AOS MERCADOS/Das Aquisições Públicas e Lei Municipal nº 10.350, 28 de maio de 2015; no Decreto nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016.

**2.8.** Tratando-se de microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar no Sistema do COMPRASGOV o exercício do direito de preferência previsto em Lei.

## **2.9 Não poderão disputar esta licitação:**

**2.9.1** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.9.2** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.9.3** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.9.4** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.9.5** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.9.6** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.9.7** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.9.8** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.9.9** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme **ANEXO V - JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE CONSÓRCIO**;

**2.9.10** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.9.11** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.10** O impedimento de que trata o **item 2.9.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.11** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 2.9.2 e 2.9.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.12** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.13** O disposto nos **itens 2.9.2 e 2.9.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.14** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**2.15** A vedação de que trata o **item 2.9.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br





**3.1.** Será exigida apresentação dos documentos de habilitação, apenas pelo licitante vencedor.

**3.1.1.** A licitante que participar desta licitação com suas condições de habilitação vinculadas ao documento SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

**3.1.2.** A licitante cadastrada no Sistema COMPRAGOV, SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, na forma no inciso I, art. 63, da Lei Federal nº14.133/2021.

**3.1.3.** A fase de habilitação está prevista no item 7 deste edital.

**3.2** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.3** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.4** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.4.1** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.4.2** Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.4.3** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.4.4** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.5** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

**3.6** O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**3.6.1** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.7** A falsidade da declaração de que trata os **itens 3.4** ou **3.5** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.8** A licitante deverá apresentar **DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO - ANEXO VII** e, inclusive, na qualidade de eventualmente contratado, observará e fará observar por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**3.9** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.10** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.11** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.11.1** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.11.2** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.12** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.12.1** Valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.12.2** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.13** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **ITEM 3.11** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.14** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.15** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





#### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

**4.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1** “**VALOR UNITÁRIO (R\$)**” e “**VALOR TOTAL (R\$)**”, os preços referentes a cada item, incluídos todos os custos diretos e indiretos, em conformidade com as especificações deste Edital.

**4.1.2** Marca;

**4.1.3** Fabricante;

**4.1.4** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do **Anexo I - Termo de Referência**;

**4.1.5** O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Termo de Referência, obrigando-se nos limites dela;

**4.1.6** Os preços deverão ser expressos em reais, com até 04 (quatro) casas decimais em seus valores unitários e com até 02 (duas) casas decimais em seus valores globais, inclusive em propostas de adequação, quando for o caso.

**4.2** Na elaboração da Proposta, o preço cotado poderá ultrapassar o valor de referência da presente licitação discriminado na **ESTIMATIVA DE CONTRATAÇÃO**, presente nos autos do processo em epígrafe, que terá caráter sigiloso, conforme a Justificativa de Orçamento Sigiloso constante no ANEXO VIII deste Edital, até o final da licitação e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno. Entretanto, na disputa de lances, o lance final, deverá atingir preço inferior ou igual ao limite máximo constante da **ESTIMATIVA DE CONTRATAÇÃO**. Caso não seja realizada a disputa de lances, a licitante que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor inferior ou igual ao limite máximo acima especificado.

**4.3** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.4** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.5** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.6** Se o regime tributário da empresa implicar no recolhimento de tributos em percentuais variáveis, no momento dos pagamentos, deverão ser retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.7** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Anexo I - Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

#### SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**4.8** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**4.9** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;

**4.10** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

**4.11** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:**

**5.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.2.1** **Será vedada a identificação da licitante, por qualquer meio ou forma, antes da etapa de lance.**

**5.2.2** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.2.3** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**5.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.6** O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** do ITEM.

**5.7** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.8** O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**5.9** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

**5.10** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**5.11** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**5.12** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.12.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**5.12.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.12.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**5.12.4** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**5.12.5** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.13** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**5.13.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**5.13.2** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.13.3** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**5.13.4** Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer

## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.13.5** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.14** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**5.14.1** Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no **item 5.14**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**5.14.2** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**5.14.3** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.14.4** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**5.14.5** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**5.14.6** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.15** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.16** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.17** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.18** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.19** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.20** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita

## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 13.735/2016.

**5.20.1** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.20.2** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.20.3** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.20.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.21** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.21.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

**5.21.1.1** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.21.1.2** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.21.1.3** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.21.1.4** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.21.2** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.21.2.1** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.21.2.2** Empresas brasileiras;

## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**5.21.2.3** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.21.2.4** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.21.2.5** Exauridos os critérios de desempate e do resultado persistir o empate, o sistema procederá automaticamente o sorteio para definição da ordem sequencial de colocações no certame.

**5.21.2.6** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.21.3** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.21.4** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.21.5** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.21.6** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.21.7** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.22** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO:**

**6.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**a)** SICAF;

**b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**c)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**d)** Lista de Fornecedores Penalizados, mantido pela Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza ([https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/fornecedor\\_penalizado.asp](https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/fornecedor_penalizado.asp)).

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





**6.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12, da Lei nº 8.429, de 1992.

**6.3** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**6.3.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, § 1º).

**6.3.2** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, § 2º).

**6.3.3** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**6.5** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

**6.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**6.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:**

**6.7.1** Contiver vícios insanáveis;

**6.7.2** Não obedecer às especificações técnicas contidas no **Anexo I - Termo de Referência**;

**6.7.3** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.7.4** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.7.5** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.8** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.8.1** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**6.8.1.1** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**6.8.1.2** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.9** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**6.10** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.11** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado no sistema, desde que não haja majoração do preço.

**6.11.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.11.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.12** Caso o **Anexo I - Termo de Referência** exija a apresentação de amostra e/ou catálogo, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.13** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**6.14** No caso de não haver entrega da amostra/catálogo, ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra/catálogo fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**6.15** Se a(s)/o(s) amostra(s)/catálogo(s) apresentada/o(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita/o(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da/o(s) amostra(s)/catálogo(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no **Anexo I - Termo de Referência**.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

**7.1** Os documentos previstos no **Anexo I - Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.1.1** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou **Certificado de Registro Cadastral – CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR**.

**7.2** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**7.2.1** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**7.3** Não será admitido a participação de consórcio de empresas conforme **ANEXO V – JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE CONSÓRCIO**.

**7.4** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

**7.5** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**7.6** Será verificado se o licitante apresentou, no sistema, **DECLARAÇÃO** de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**7.7** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.8** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (Art. 63, §1º, Lei nº 14.133/2021).

**7.9** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e no CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

**7.9.1** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**7.10** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.10.1** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**7.10.2** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**7.11** A verificação no SICAF ou CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, ou a exigência dos documentos neles não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.11.1** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do **Anexo I - Termo de Referência** somente serão exigidos, **em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas**, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.11.2** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**7.12** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

**7.12.1** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**7.12.2** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.13** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.14** Na hipótese do licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **7.11.1**.

**7.15** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.16** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**7.17** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DOS RECURSOS:**

**8.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2** O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**8.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, **em campo próprio no sistema no prazo de até 10 (dez) minutos do mencionado ato**, sob pena de preclusão;

**8.3.2** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata;

**8.3.3** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**8.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**8.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade competente, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**9.1** Encerrada a fase recursal, a autoridade competente do órgão ou entidade adjudicará o objeto da licitação e homologará o procedimento licitatório.

## **10. DA FORMALIZAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**10.1** Homologado o resultado da licitação, o Órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de **05 (cinco) dias corridos**, contados da data da convocação, proceder à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.

**10.2** O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela licitante convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

**10.3** Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão aqueles ofertados nas propostas de preços do(s) licitante(s) vencedor(s), bem como será incluído na respectiva ata o registro do(s) licitante(s) que aceitar(em) cotar o objeto com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme permissivo legal do art. 16, inciso II do Decreto nº 15.608, de

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



31 de março de 2023, ou a informação expressa de que não houve licitante que aceitasse cotar o objeto com preços iguais à da licitante vencedora

**10.4** Quando o licitante vencedor for convocado para assinar a Ata de Registro de Preços não comparecer, recusar-se a assinar ou não comprovar as condições habilitatórias, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá o(a) Pregoeiro(a) convocar outro licitante registrado na Ata, desde que respeitada a ordem de classificação e mantidos os preços registrados iguais ao do adjudicatário, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

**10.5** As regras referentes ao registro de preço, aos órgãos gerenciador, participantes e não participantes, descumprimento, remanejamento, prazo de vigência, do fornecimento, e demais regras constam da minuta de **ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** deste edital.

**10.6** O prazo de vigência da presente Ata é de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada uma vez por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

## **11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:**

**11.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**11.1.1.** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**11.1.2.** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

**11.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**11.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**11.2.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**11.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**11.3.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**11.3.2.** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

**11.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**11.4.1.** Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





**11.4.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e especialmente quando:

**12.2.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**12.3.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**12.3.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**12.3.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**12.3.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**12.3.4.** deixar de apresentar amostra/catálogo;

**12.4.** apresentar proposta ou amostra/catálogo, caso exigida no **Anexo I - Termo de Referência**, em desacordo com as especificações do edital;

**12.5.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**12.6.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**12.7.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**12.8.** fraudar a licitação

**12.9.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**12.10.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**12.11.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**12.12.** apresentar amostra/catálogo falsificada ou deteriorada, caso exigida no Anexo I - Termo de Referência;

**12.13.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**12.14.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**12.15.** O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados pelas infrações

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município de Fortaleza.

**12.16.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

**12.16.1.** Advertência;

**12.16.2.** Multa;

**12.16.3.** Impedimento de licitar e contratar e

**12.17.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**12.18.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, a contar da comunicação oficial com a previsão do prazo de 15 (quinze) dias, contido no art. 13, §8º, do Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023.

**12.19.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**12.20.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

**12.21.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos termos do §4º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do art. 15 do Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.

**12.22.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos termos do § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do art. 16 do Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**12.23.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à decadência do direito à garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 18 do Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023.

**12.24.** A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções descritas seguirão os procedimentos descritos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2023, bem como o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023.

**12.25.** O pagamento das multas não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações

## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



porventura cometidas, inclusive pela inobservância do disposto na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), na forma abaixo estipuladas:

**12.26. 5.1.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA.

**12.27.5.2.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA.

**12.2826.** Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

**12.2927.** As apurações das responsabilidades relacionadas às sanções descritas seguirão os procedimentos descritos na Lei 14.133, de 1º de abril de 2023, bem como o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**

**13.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.**

**13.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, devendo ser enviados ao (à) Pregoeiro (a), **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas**, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço do sítio [spuvirtual.sepog.fortaleza.ce.gov.br](https://spuvirtual.sepog.fortaleza.ce.gov.br), endereçados à **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA - SELIFOR (PROTOCOLO)**, informando o número deste pregão no Sistema do **COMPRASGOV** e o órgão interessado. Além de CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, ou CPF, se pessoa física, e disponibilizando as informações para contato (endereço completo, telefone e *e-mail*).

**13.4.** O (a) Pregoeiro (a) poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

**13.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**13.6.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**13.7.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**13.8.** Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**14.1.** Será divulgado Termo de Julgamento no sistema eletrônico.

**14.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**14.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**14.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**14.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**14.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**14.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**14.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**14.10.** É facultada ao(a) Pregoeiro(a) e/ou equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório (vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originalmente na proposta de preços e na documentação de habilitação), bem como para averiguar a veracidade das informações fornecidas pela licitante e, se for o caso, a adequação da estrutura física e operacional da empresa às exigências do objeto licitado.

**14.11.** O descumprimento de prazos estabelecidos neste Edital e/ou pelo(a) Pregoeiro(a) junto ao Sistema, ou o não atendimento às solicitações/determinações, ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO.

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**14.12.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e endereço eletrônico [compras.fortaleza.ce.gov.br](https://compras.fortaleza.ce.gov.br) e [www.compras.gov.br](https://www.compras.gov.br).

**14.13.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar**

**ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO**

**ANEXO V - JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE CONSÓRCIO**

**ANEXO VI - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO**

**ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO**

**ANEXO VIII - RELAÇÃO DOS CÓDIGOS DO CATMAT UTILIZADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA**

*(documento assinado digitalmente)*

**RIANE MARIA BARBOSA DE AZEVEDO**

Secretária Municipal da Saúde de Fortaleza

DECLARO que após a revisão dos termos do presente Edital constatei que o mesmo está em conformidade com as disposições legais.

*(documento assinado digitalmente)*

**Luciana Matos Alves**

Coordenador Jurídico/SMS

OAB/CE nº 25.656



**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**SUMÁRIO:**

1. UNIDADE REQUISITANTE
2. DO OBJETO
3. DA JUSTIFICATIVA
4. ÓRGÃO AUTORIZADOR
5. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
7. QUANTIDADE E DESCRIÇÃO DA AQUISIÇÃO
8. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS
9. DA APRESENTAÇÃO DOS CATÁLOGOS
10. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
11. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
12. DOS PRAZOS DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO
13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
15. DO PAGAMENTO
16. DA FISCALIZAÇÃO
17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
18. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
19. DO ÍNDICE DE REAJUSTE
20. PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO
21. DO ACESSO À INFORMAÇÃO

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. UNIDADE REQUISITANTE:** Secretaria Municipal da Saúde.

**2. DO OBJETO:** CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES - NEUROLOGIA VI, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA - SMS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

**2.1.** Este objeto será realizado através de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, com a forma de fornecimento por **DEMANDA**.

**3. DA JUSTIFICATIVA:**

A Rede Pré-Hospitalar e Hospitalar de Fortaleza dispõe de 04 (quatro) hospitais aptos a atender à demanda neurológica — Hospital Distrital Evandro Ayres de Moura (HDEAM), Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira (HDEBO), Hospital Distrital Maria José Barroso de Oliveira (HDMJBO), Hospital e Maternidade Dra. Zilda Arns Neumann (HMDZAN). Todos esses estabelecimentos assistenciais de saúde encontram-se sob a responsabilidade da Coordenadoria de Redes Pré-Hospitalar e Hospitalar – COREPH, da Secretaria Municipal da Saúde – SMS, com parque de Equipamentos Médico-Hospitalares (EMHs) próprio, dimensionado conforme o perfil assistencial e as necessidades operacionais de cada unidade.

Ao longo dos últimos anos, observa-se um processo de obsolescência progressiva do parque tecnológico, agravado pelo desgaste natural decorrente do uso contínuo, pela alta taxa de falhas e quebras e pelo crescimento expressivo da demanda assistencial em setores críticos como emergências, centros cirúrgicos, UTIs e unidades de transporte de pacientes. Grande parte dos equipamentos atualmente em operação ultrapassou o ciclo de vida útil recomendado pelos fabricantes e apresenta limitações técnicas e dificuldade de reposição de peças, o que tem impactado diretamente a eficiência dos atendimentos e a segurança dos pacientes. Tais condições comprometem a resposta operacional da rede hospitalar e pré-hospitalar, uma vez que os equipamentos tratamento das patologias neurológicas, eletroencefalógrafo, eletroneuromiografia e o neuroestimulador são indispensáveis ao funcionamento contínuo e seguro dos serviços de saúde. Além disso, a ampliação de leitos e a modernização de setores estratégicos — tanto hospitalares quanto de urgência — requerem disponibilidade tecnológica compatível com os parâmetros assistenciais definidos pelas normas sanitárias e pelas boas práticas de engenharia clínica.

Dessa forma, a presente contratação visa renovar, complementar e padronizar o parque de equipamentos médico-hospitalares das unidades sob gestão da COREPH, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, a redução de riscos assistenciais e a conformidade com as Resoluções da ANVISA, em especial as RDC nº 7/2010, RDC nº 50/2002 e RDC nº 509/2021, que estabelecem requisitos mínimos de infraestrutura tecnológica e de segurança em estabelecimentos de saúde. A medida permitirá:

- aumento da confiabilidade operacional dos equipamentos, com redução de falhas e tempo de inatividade;
- melhoria da qualidade assistencial e segurança do paciente, em consonância com as políticas nacionais de atenção hospitalar;
- racionalização de custos de manutenção, mediante substituição de tecnologias obsoletas;

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



- padronização e integração da gestão dos ativos tecnológicos sob responsabilidade da Engenharia Clínica/COREPH;
- efetividade na gestão de riscos e alinhamento ao planejamento estratégico da SMS, conforme preconizado no Plano de Contratações Anual (PCA).

Portanto, a contratação proposta é tecnicamente indispensável e de interesse público, uma vez que se destina a garantir o pleno funcionamento das unidades assistenciais, prevenir descontinuidade de serviços essenciais e atender às diretrizes de qualidade e segurança em saúde.

**4. ÓRGÃO AUTORIZADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA – SMS.****5. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S):**

**5.1. ÓRGÃO GERENCIADOR:** SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA - SELIFOR será o órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços de que trata este Edital.

**5.2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES:**

SEQ.	ÓRGÃO/ENTIDADE	ENDEREÇO
01	Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza - SMS	Rua Barão do Rio Branco, 910 – Centro-Fortaleza – Ceará.

**6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

**6.1.** As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos da Secretaria Municipal da Saúde de Fortaleza - SMS, consignadas às dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
25901	10.302.0123.1003.0051	449052	0.150010020000
25901	10.302.0123.1003.0051	449052	0.160100000000

**7. QUANTIDADE E DESCRIÇÃO DA AQUISIÇÃO:**

ITEM 01 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	3608134	311724	NEUROESTIMULADOR PARA BLOQUEIO DE PLEXO E NERVOS PERIFÉRICOS. Descrição complementar: "Equipamento Neuroestimulador para bloqueio de plexo e nervos periféricos destinado à estimulação elétrica de nervos periféricos para auxílio na localização durante bloqueios anestésicos regionais. O equipamento deverá ser portátil, de uso manual, com alimentação por bateria interna recarregável ou pilhas alcalinas comuns AA ou AAA, possuir gabinete em material resistente, não condutor, com proteção contra respingos mínima IPX1	UNIDADE	05

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



			e display digital para visualização de parâmetros programados e em uso. Deverá apresentar faixa de corrente de saída ajustável de 0 a pelo menos 5 mA, com resolução mínima de 0,01 mA, faixa de duração de pulso ajustável de 0,05 a 1,0 ms, frequência de estimulação ajustável de 1 a 2 Hz, precisão mínima da corrente de $\pm 5\%$ , além de indicação visual e sonora a cada pulso emitido e saída isolada eletricamente para segurança do paciente. O equipamento deverá ser fornecido com os seguintes acessórios mínimos: 01 cabo de conexão para agulha isolada de bloqueio perineural, 01 cabo de conexão para eletrodo de referência cutâneo, 01 conjunto de eletrodos cutâneos descartáveis e 01 maleta rígida para transporte e armazenamento. Deverá atender à norma ABNT NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica) e ABNT NBR IEC 60601-2-40 (aplicável a estimuladores de nervos), além de possuir registro na ANVISA como equipamento médico. Acompanhar manual de operação em português em meio digital. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no território nacional."		
--	--	--	--	--	--

ITEM 02 – COTA RESERVADA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
2	3608134	311724	NEUROESTIMULADOR PARA BLOQUEIO DE PLEXO E NERVOS PERIFÉRICOS. Descrição complementar: "Equipamento Neuroestimulador para bloqueio de plexo e nervos periféricos destinado à estimulação elétrica de nervos periféricos para auxílio na localização durante bloqueios anestésicos regionais. O equipamento deverá ser portátil, de uso manual, com alimentação por bateria interna recarregável ou pilhas alcalinas comuns AA ou AAA, possuir gabinete em material resistente, não condutor, com proteção contra respingos mínima IPX1 e display digital para visualização de	UNIDADE	01

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



			parâmetros programados e em uso. Deverá apresentar faixa de corrente de saída ajustável de 0 a pelo menos 5 mA, com resolução mínima de 0,01 mA, faixa de duração de pulso ajustável de 0,05 a 1,0 ms, frequência de estimulação ajustável de 1 a 2 Hz, precisão mínima da corrente de $\pm 5\%$ , além de indicação visual e sonora a cada pulso emitido e saída isolada eletricamente para segurança do paciente. O equipamento deverá ser fornecido com os seguintes acessórios mínimos: 01 cabo de conexão para agulha isolada de bloqueio perineural, 01 cabo de conexão para eletrodo de referência cutâneo, 01 conjunto de eletrodos cutâneos descartáveis e 01 maleta rígida para transporte e armazenamento. Deverá atender à norma ABNT NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica) e ABNT NBR IEC 60601-2-40 (aplicável a estimuladores de nervos), além de possuir registro na ANVISA como equipamento médico. Acompanhar manual de operação em português em meio digital. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no território nacional."		
--	--	--	---	--	--

ITEM 03 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
3	3608121	615516	ELETROENCEFALÓGRAFO PARA EXAMES DE ROTINA EM LABORATÓRIO OU CLÍNICA. Descrição complementar: "O equipamento deverá ser microprocessado, destinado à captação, registro e análise de sinais elétricos cerebrais, para exames de rotina em pacientes de todas as idades. Deverá possuir no mínimo 32 canais ativos para EEG, expansível até pelo menos 64 canais, além de no mínimo 4 canais auxiliares para registro de parâmetros fisiológicos. A frequência de amostragem deverá ser de no mínimo 500 Hz por canal, com resolução de conversão analógica-digital de pelo menos 16 bits. A faixa de	UNIDADE	01

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



			<p>frequência deverá cobrir de 0,01 Hz a 100 Hz. O sistema deverá possuir filtros digitais passa-alta, passa-baixa e notch (60 Hz), ajustáveis por software. O nível de ruído máximo aceitável é de 0,5 <math>\mu</math>Vrms, com rejeição de modo comum mínima de 100 dB. O equipamento deverá permitir monitoramento automático de impedância dos eletrodos, com indicação em tempo real, possuir interface de comunicação USB ou Ethernet, além de exportar dados em formato compatível com EDF (European Data Format). O software deverá estar em português, permitindo aquisição em tempo real, anotações durante o exame, visualização simultânea em múltiplas janelas, análise espectral e emissão de relatórios em formatos PDF e DOC, ou equivalentes. Deverão acompanhar o equipamento: 01 computador dedicado, compatível com o software, incluindo monitor de no mínimo 21"; 01 conjunto de eletrodos reutilizáveis, mínimo 25 unidades; Toucas de eletrodos em tamanhos adulto (P/M/G), pediátrico e neonatal; 01 kit de cabos e conectores compatíveis; Estimulador auditivo e estimulador visual; Fonte de alimentação compatível com rede elétrica nacional (220V ou bivolt automático); 01 carrinho de apoio móvel para acondicionamento do equipamento. O equipamento deverá atender integralmente às normas de segurança elétrica ABNT NBR IEC 60601-1 e demais normas correlatas, bem como às exigências da RDC ANVISA nº 751/2022. Deverá possuir garantia mínima de 24 meses. Deverá ser fornecido manual de operação em português, em meio físico e digital. Deverá ser realizado treinamento presencial para a equipe de saúde em cada unidade contemplada em Fortaleza/CE, no local de instalação, não sendo admitido treinamento a distância."</p>		
--	--	--	--	--	--

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



ITEM 04 – EXCLUSIVO ME E EPP					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
4	3608122	615517	ELETROENCEFALÓGRAFO PORTÁTIL PARA EXAMES À BEIRA LEITO OU TRANSPORTE. Descrição complementar: "Deverá possuir no mínimo 21 canais de EEG conforme sistema internacional 10-20 e, adicionalmente, no mínimo 2 canais poligráficos (ECG, EMG ou EOG). A resolução deverá ser de, no mínimo, 16 bits por canal, com frequência de amostragem mínima de 512 Hz, faixa de entrada de $\pm 200$ mV, impedância mínima de 100 M $\Omega$ e rejeição de modo comum de no mínimo 100 dB. O equipamento deverá dispor de filtros digitais programáveis (passa-baixa, passa-alta e notch 50/60 Hz), software específico para aquisição, visualização e análise, gravação digital de todos os canais e exportação em formato aberto (EDF ou equivalente). A alimentação deverá ocorrer por rede elétrica 100–240 V, 50/60 Hz, com bateria recarregável que garanta autonomia mínima de 4 horas de uso contínuo. O módulo de aquisição deverá ser portátil, com peso máximo de 1 kg, acondicionado em maleta rígida para transporte. Deverão acompanhar o equipamento: conjunto de eletrodos reutilizáveis padrão 10-20, toucas nos tamanhos adulto, pediátrico e neonatal, cabo de conexão paciente e kit inicial de gel ou pasta condutora. Será desejável a presença de fotoestimulador, quando disponível pelo fabricante do modelo ofertado. O equipamento deverá atender às normas ABNT NBR IEC 60601-1 e IEC 60601-2-26. O fornecedor deverá entregar manual impresso e em mídia digital em português e realizar treinamento presencial no local de instalação em cada unidade contemplada, todas localizadas em Fortaleza/CE. O prazo mínimo de garantia será de 24 meses para o equipamento e acessórios reutilizáveis."	UNIDADE	01

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





ITEM 05 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
5	3608123	415956	ELETRONEUROMIÓGRAFO PARA AVALIAÇÃO DA FUNÇÃO NEUROMUSCULAR. Descrição complementar: "O equipamento deverá ser destinado à realização de exames eletrofisiológicos, incluindo eletromiografia (EMG), estudos de condução nervosa motora e sensitiva (NCS), potenciais evocados, estimulação repetitiva, onda F, reflexo H, Blink Reflex, Inchings e protocolos equivalentes. Deverá possuir no mínimo 04 canais de aquisição para EMG com entrada diferencial, resolução mínima do conversor analógico-digital de 16 bits, taxa de amostragem mínima de 20 kHz por canal, filtro passa-baixa ajustável até pelo menos 10 kHz, filtro passa-alta ajustável até pelo menos 0,5 Hz, impedância de entrada mínima de 100 MΩ, rejeição de modo comum mínima de 100 dB, ruído de entrada inferior ou igual a 1 µV RMS e latência máxima do sistema de 5 ms. O equipamento deverá permitir calibração automática e manual dos canais de aquisição, dispor de sistema de estimulação elétrica periférica integrado com controle de intensidade e duração de pulso ajustável, bem como pedal de comando para iniciar ou interromper registros. O software deverá estar em português, compatível com sistemas operacionais Windows 10 ou superior, com licença definitiva para uso em todas as unidades contempladas, e apresentar funcionalidades mínimas como exibição simultânea de traçados em tempo real, armazenamento de exames em formato proprietário e aberto (XML, EDF ou similar), ferramentas de análise com cálculo automático de latência, amplitude, velocidade de condução, análise de repetitividade e geração de relatórios customizáveis em formato PDF ou equivalente. O equipamento deverá possuir conectividade mínima via USB, sendo desejável que também disponha	UNIDADE	02

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



			de conexão Ethernet ou Wi-Fi. Deverá acompanhar o fornecimento no mínimo: dois cabos de entrada para EMG/NCS compatíveis, um conjunto de eletrodos de superfície reutilizáveis (mínimo 10 unidades), um conjunto de eletrodos de agulha descartáveis (mínimo 25 unidades em variados calibres), um estimulador elétrico periférico, pedal de comando e fonte de alimentação compatível com a rede elétrica nacional (100–240 V, 50/60 Hz). A assistência técnica autorizada ou credenciada deverá estar presente no município de Fortaleza/CE. O equipamento deverá ser fornecido com manual de operação em português, em meio físico e digital. O prazo de garantia mínima deverá ser de 24 (vinte e quatro) meses contra defeitos de fabricação. O fornecedor deverá realizar treinamento presencial, no local de instalação, para a equipe designada pela Administração em cada unidade contemplada, abrangendo operação do equipamento e software, não sendo admitido treinamento remoto."		
--	--	--	--	--	--

**Havendo divergência entre o COMPRASGOV e o disposto nas especificações do Edital e no Termo de Referência, prevalecerão as disposições do Edital e seu Termo de Referência.**

#### **8. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS:**

**8.1.** Os produtos devem ser entregues na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação e umidade, sem inadequação de conteúdo e identificadas com o número do lote, data de fabricação e data de validade.

**8.2.** Os produtos nacionais e importados devem apresentar nos rótulos todas as informações em língua portuguesa.

#### **9. DA APRESENTAÇÃO DOS CATÁLOGOS**

**9.1.** Necessária apresentação de Catálogo e/ou manual técnico em português padrão brasileiro

**9.1.1.** Quando da convocação para apresentação da proposta final adequada, concomitantemente, o (a) Pregoeiro(a) solicitará CATÁLOGO para demonstração do objeto desta licitação para melhor avaliação, ficando o arrematante primeiro colocado obrigado, sob pena de desclassificação, apresentar tal CATÁLOGO via sistema COMPRASGOV. Em caso de desclassificação, o(a) Pregoeiro(a) deverá convocar as demais licitantes, na ordem de classificação.

**9.2.** Os CATÁLOGOS serão recebidos pelo (a) Pregoeiro (a), no prazo estipulado, remetidos ao órgão interessado na licitação e analisados por técnico designado pelo titular do órgão, devendo o laudo ser devidamente datado e assinado por quem o emitiu.

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**9.3.** A análise dos CATÁLOGOS tem o objetivo de verificar a equivalência do item ofertado ao solicitado em Edital.

**9.4.** Não será feito qualquer pagamento ou indenização referente aos CATÁLOGOS independentemente de aceitar ou não a proposta. Caso a proposta seja aceita, os CATÁLOGOS ficarão retidos na SMS para comparação de qualidade com as demais unidades a serem adquiridas.

**9.5.** Caso haja dúvida nos catálogos apresentados, quanto à qualidade, especificação ou alguma outra informação, o (a) Pregoeiro (a) poderá solicitar à licitante a apresentação de AMOSTRAS que deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis na sede da Secretaria Municipal da Saúde de Fortaleza, localizada à Rua Barão do Rio Branco, 910, Centro, Fortaleza/CE, sala da Coordenadoria de Gestão de Compras e Licitações (COGEC), contados da data da solicitação.

**9.6.** A reprovação de CATÁLOGO após análise técnica acarretará em desclassificação da licitante.

**9.7.** O não cumprimento da entrega da documentação e dos catálogos dentro dos prazos estabelecidos acarretará desclassificação/inabilitação, sendo convocada a licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

**9.9.** Será vedada a identificação da licitante, por qualquer meio ou forma, antes da etapa de lance.

## **10. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**10.1.** Necessária apresentação de Garantia mínima de 12 (doze) meses para o **item 02 e item 03 Seladora de papel grau cirúrgico** e 24 (vinte e quatro) meses para os demais itens contra defeito de fabricação.

**10.1.1.** O prazo mínimo de garantia técnica poderá ser ampliado conforme previsto na descrição complementar do item correspondente, passando a contar a partir da data do recebimento definitivo, definido e detalhado nos itens 12.2.2 e 12.2.4 deste termo.

**10.2.** A contratada deverá garantir a disponibilidade de assistência técnica especializada, própria ou devidamente credenciada, localizada no município de Fortaleza/CE ou Região Metropolitana, com infraestrutura compatível à execução dos serviços, sempre que o objeto envolver equipamentos que exijam instalação, montagem, calibração, testes de segurança elétrica ou outros serviços técnicos associados. Nesses casos, a equipe técnica deverá ser composta por profissionais com formação técnica ou superior nas áreas de Engenharia Biomédica, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica ou correlatas, devidamente qualificados e certificados pelos fabricantes, conforme o nível de complexidade dos equipamentos e conforme a atribuição técnica definida na Resolução CONFEA nº 1.073/2016.

**10.2.1.** Para equipamentos de fornecimento simples, que não demandem instalação, montagem, calibração ou testes de segurança elétrica, a contratada deverá apenas garantir a entrega, em perfeitas condições de uso, bem como os demais requisitos previstos neste Termo.

**10.3.** A contratada será responsável pela execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, componentes e insumos necessários, observadas as recomendações do fabricante e as normas técnicas aplicáveis, em especial a ABNT NBR IEC 60601-1 e correlatas.

**10.4.** A contratada deverá manter registro de todos os atendimentos realizados, em sistema informatizado ou planilha validada, contendo data, identificação do técnico, número do chamado, tempo de resposta e tempo de solução, disponibilizando esses registros sempre que solicitados pela Administração.

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**10.5.** Nos casos em que os serviços forem realizados dentro das dependências das unidades de saúde, a contratada deverá observar as seguintes condições:

- obter autorização prévia do gestor da unidade e do responsável pelo setor onde o serviço será executado, com registro formal da data, horário e natureza da atividade;
- utilizar todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e pela Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) ;
- garantir que os EPIs sejam integralmente fornecidos pela contratada, sem qualquer ônus adicional para a contratante;
- respeitar integralmente o ambiente hospitalar, observando as normas internas de controle de acesso, fluxo de pessoas e descarte de resíduos;
- zelar pela integridade e segurança de pacientes, profissionais e visitantes, evitando ruídos, odores, interrupções de energia ou quaisquer interferências que possam comprometer o funcionamento das atividades assistenciais;
- manter conduta ética, cortês e profissional durante todo o período de permanência nas dependências da unidade, sendo vedado o uso de trajas inadequados, aparelhos sonoros ou celulares em áreas assistenciais;
- identificar-se adequadamente, portando crachá funcional visível com o nome da empresa contratada e do técnico responsável;
- cumprir as normas de biossegurança, controle de infecção e vigilância sanitária vigentes, observando as determinações da ANVISA e da Secretaria Municipal da Saúde;
- não utilizar ferramentas, insumos ou materiais pertencentes à contratante, salvo mediante autorização expressa do gestor da unidade;
- garantir a limpeza e desinfecção da área de trabalho ao término da atividade, devolvendo o local nas mesmas condições em que foi recebido;
- cumprir os horários e regras de acesso definidos pela direção da unidade, especialmente em áreas críticas como centro cirúrgico, UTI, central de material esterilizado (CME), laboratório e imagem.

**10.6.** Durante o período de garantia, a contratada será responsável integralmente por todas as despesas relacionadas à assistência técnica, substituição de peças, materiais, componentes, mão de obra especializada, transporte, calibração, atualização de software e demais serviços necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

**10.7.** Os atendimentos deverão obedecer aos prazos máximos de resposta e solução estabelecidos neste Termo de Referência, incluindo o fornecimento de equipamento reserva, quando aplicável.

**10.8.** A garantia deverá abranger defeitos de fabricação, montagem, projeto, material ou funcionamento, bem como vícios ocultos, e se estenderá automaticamente a todos os itens substituídos ou reparados, reiniciando-se o prazo de garantia a partir da data da substituição ou conclusão do reparo.

**10.9.** Durante o período de garantia contratual, a contratada deverá realizar, sem ônus adicional para a Administração, todas as manutenções preventivas recomendadas pelo fabricante, de acordo com o cronograma previamente aprovado pela Engenharia Clínica/COREPH.

## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**10.10.** As intervenções deverão contemplar, no mínimo, inspeção funcional, testes de segurança elétrica, calibração, limpeza técnica, verificação de desempenho, substituição preventiva de componentes críticos e, quando aplicável, atualização de software ou firmware.

**10.11.** Cada visita preventiva deverá ser formalizada mediante relatório técnico detalhado, contendo a data da execução, identificação do técnico responsável, número de patrimônio e/ou série do equipamento, procedimentos realizados, peças substituídas e resultados dos testes efetuados.

**10.12.** O não cumprimento do cronograma de manutenção preventiva durante o período de garantia poderá ser considerado inadimplemento contratual, ensejando as medidas cabíveis previstas na legislação vigente e no contrato administrativo.

**10.13.** Os serviços de manutenção preventiva e corretiva dentro do período de garantia deverão obedecer aos seguintes prazos máximos de resposta e solução, contados a partir da abertura do chamado técnico devidamente registrado e autorizado pelo gestor da unidade ou pela Engenharia Clínica/COREPH:

**10.13.1.** Nos casos emergenciais ou críticos, que envolvem equipamentos essenciais para suporte à vida ou cuja falha interrompa serviço assistencial essencial — como em unidades de terapia intensiva, centros cirúrgicos ou emergências —, o prazo máximo de resposta será de até 4 (quatro) horas úteis, e o prazo máximo de solução será de até 24 (vinte e quatro) horas corridas. O atendimento deverá ser presencial e imediato, e, caso não seja possível solucionar o problema no local, a contratada deverá disponibilizar equipamento reserva compatível, mediante termo de entrega.

**10.13.2.** Nos casos corretivos não emergenciais, em que a falha não compromete diretamente a assistência imediata, mas impede o uso pleno do equipamento, o prazo máximo de resposta será de até 24 (vinte e quatro) horas úteis, e o prazo máximo de solução será de até 48 (quarenta e oito) horas úteis. O atendimento deverá ocorrer mediante agendamento, devendo ser utilizadas apenas peças originais ou equivalentes devidamente homologadas pelo fabricante.

**10.13.3.** As manutenções preventivas programadas deverão seguir o cronograma acordado entre a contratada e a Engenharia Clínica/COREPH, observando as recomendações do fabricante. A contratada deverá apresentar plano anual de manutenção preventiva, contendo as datas de execução e a identificação dos técnicos responsáveis.

**10.13.4.** O suporte técnico ou diagnóstico remoto, referente a dúvidas operacionais, orientações técnicas ou verificação de falhas à distância, deverá ter prazo máximo de resposta de até 8 (oito) horas úteis e prazo máximo de solução de até 24 (vinte e quatro) horas úteis. Esse suporte poderá ser realizado de forma presencial ou remota e deverá sempre gerar registro técnico formal do atendimento.

**10.14.** A contratada deverá registrar todos os atendimentos realizados (emergenciais, corretivos e preventivos) em relatórios técnicos padronizados, contendo data, hora, identificação do equipamento, número de patrimônio (quando aplicável), número de série, descrição da falha, serviço executado, peças substituídas e assinatura do técnico responsável.

**10.15.** Utilizar exclusivamente peças, componentes e acessórios originais e novos, fornecidos pelo fabricante do equipamento, acompanhados de nota fiscal e certificação de autenticidade, sendo vedado o uso de equivalentes não certificados.

## **11. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**11.1.** Os documentos previstos neste Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





**11.1.1** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou Certificado de Registro Cadastral – CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR.

## **11.2. OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

**11.2.1.** O documento apresentado deverá estar dentro do prazo de validade. Na hipótese de no documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de até **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

**11.2.2.** Caso haja documento redigido em idioma estrangeiro, o mesmo somente será considerado se acompanhado da versão em português, firmada por tradutor juramentado.

**11.2.3.** O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via Internet, terá sua autenticidade verificada pelo(a) Pregoeiro(a).

**11.2.4.** Obrigatoriamente, da mesma sede e igualdade de CNPJ, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

## **11.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**11.3.1. REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresário individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

**11.3.2. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

**11.3.32. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

**11.3.43. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**11.3.54. REGISTRO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS**, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

**11.3.54.1.** Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 a 21 da lei 5.764/71;

**11.3.54.2.** Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da lei 5.764/71;

**11.3.54.3.** Ata de fundação da cooperativa;

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br





**11.3.54.4.** Ata de assembleia que aprovou o estatuto social;

**11.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**11.5.1.** Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado. Os Atestados deverão atender ao quantitativo mínimo de **35% (trinta e cinco por cento)** do objeto desta licitação.

**11.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**11.6.1.** Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por quem de competência na sede da pessoa jurídica ou certidão negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, ressalvado o disposto nos subitens abaixo:

**11.6.1.1.** Na ausência da Certidão Negativa, a licitante em Recuperação Judicial deverá comprovar a sua viabilidade econômica, mediante documento (certidão ou assemelhado) emitido pela instância judicial competente; ou concessão judicial da recuperação, nos termos do artigo 58 da Lei 11.101/2005; ou homologação do plano de recuperação extrajudicial, no caso da licitante se encontrar em recuperação extrajudicial, nos termos do artigo 164, § 5º da lei 11.101/2005.

**11.6.1.2.** A empresa em recuperação judicial/extrajudicial com recuperação judicial concedida/plano de recuperação extrajudicial homologado deverá demonstrar os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

**11.6.2.** No caso de cooperativa, a mesma está dispensada da apresentação da documentação exigida no **subitem 11.5.1.** acima.

**11.6.3.** BALANÇO PATRIMONIAL, e demonstrações de resultado contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, devidamente registrado na competente Junta Comercial, e assinado por contador(es) registrado(s) no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

**11.6.4.** Serão aceitos o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, transmitidos via SPED, acompanhados do recibo de entrega de escrituração contábil digital, respeitada a INRFB vigente.

**11.6.5.** No caso de sociedade por ações, o balanço deverá ser acompanhado da publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, acompanhado do registro na Junta Comercial.

**11.6.5.1.** A licitante deverá observar em função de suas especificidades e do montante equivalente às suas receitas, às regras constantes nos artigos 289, 294, 294-A e 294-B da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

**11.6.6.** No caso de Licitante recém-constituída, há menos de 01 (um) ano, deverá ser apresentado o balanço de abertura acompanhado dos termos de abertura e de encerramento devidamente registrados na Junta Comercial, constando, ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acham transcrito ou a autenticação da junta comercial, devendo ser assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

**11.6.7.** No caso de sociedade simples, o balanço patrimonial deverá ser inscrito no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, assinado por contador registrado no Conselho Regional de

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



Contabilidade e pelo titular ou representante legal da instituição, atendendo aos índices estabelecidos neste instrumento convocatório.

**11.6.8.** Para fins de qualificação econômico-financeira, deverá ser comprovado a boa situação financeira da interessada por documento, assinado por profissional legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial da interessada, através de um dos índices contábeis previstos neste instrumento convocatório, conforme formulas abaixo:

**Liquidez Geral - LG**

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,0$$

OU

**Liquidez Corrente - LC**

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,0$$

OU

**Solvência Geral - SG**

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,0$$

**11.6.9.** Caso o subitem 11.6.8 não seja atendido, deverá a licitante alternativamente apresentar PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO não inferior a 10% (dez por cento) da estimativa de custos devidamente comprovado através da apresentação do balanço patrimonial.

**11.7. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**11.7.1.** PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL da sede ou filial da licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentar igualdade de CNPJ.

**11.7.1.1.** CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL E RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

**11.7.1.2.** CERTIDÃO(DÕES) NEGATIVA(S) DE DÉBITOS ESTADUAIS, OU EQUIVALENTE(S), EMITIDA(S) DE ACORDO COM AS REGRAS DO ESTADO SEDE DA LICITANTE.

**11.7.1.3.** CERTIDÃO(DÕES) NEGATIVA(S) DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE(S), EMITIDA(S) DE ACORDO COM AS REGRAS DO MUNICÍPIO SEDE DA LICITANTE.

**11.7.2.** CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS) OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial da licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

**11.7.3.** No caso de cooperativa, a mesma está dispensada da apresentação dos documentos relativos ao FGTS dos cooperados. Para efeito desta dispensa, deverá apresentar o seguinte:

**11.7.3.1.** DECLARAÇÃO constando que, caso vencedor da licitação, o objeto será prestado, produzido ou comercializado por ela própria através de seus cooperados.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**11.7.3.2.** ATA DA SESSÃO em que os cooperados autorizaram a cooperativa a participar da licitação e executar o contrato caso seja vencedora.

**11.7.3.3.** RELAÇÃO DOS COOPERADOS que prestarão, produzirão ou comercializarão o objeto da licitação discriminado, comprovando através de documento a data de ingresso de cada um deles na cooperativa.

**11.8.4.** Caso a cooperativa tenha empregados em seus quadros, esta deverá juntar os documentos comprobatórios de recolhimento do FGTS relativo a eles.

**11.8.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943.

## **12. DOS PRAZOS DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO:**

### **12.1. Quanto à entrega:**

**12.1.2.** A entrega dos equipamentos deverá ocorrer em **até 45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados apartir da nota do empenho.

**12.1.3.** A contratada será responsável por todas as despesas de transporte, seguro, embalagem, carregamento, descarregamento e instalação dos equipamentos até o local de destino, devendo garantir que o produto seja entregue em perfeitas condições de uso e funcionamento, acompanhado de todos os acessórios, manuais e documentos obrigatórios.

**12.1.4.** O local exato de entrega será indicado pela Coordenadoria de Redes Pré-Hospitalar e Hospitalar – COREPH/SMS, conforme a demanda da SMS, podendo incluir almoxarifado central e hospitais todos situados no município de Fortaleza/CE.

**12.1.5.** A entrega deverá ocorrer mediante agendamento prévio com o gestor do contrato, da unidade e/ou com a Engenharia Clínica/COREPH, de modo a permitir o acompanhamento técnico e a conferência física dos itens.

**12.1.6.** A contratada deverá realizar treinamento técnico-operacional in loco, destinado aos profissionais designados pela unidade de saúde e pela Engenharia Clínica/COREPH, fornecendo certificados de participação.

### **12.2. Quanto ao recebimento:**

**12.2.1.** PROVISORIAMENTE, até **10 (dez) dias corridos** da entrega do produto, mediante Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito pelo(s) fiscal(is) do contrato.

**12.2.2.** DEFINITIVAMENTE, até **30 (trinta) dias corridos** da expedição do termo de recebimento provisório, após a verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, consequente aceitação das notas fiscais pelo(s) fiscal(is) da contratação, será expedido termo de recebimento definitivo, devendo haver rejeição do objeto no caso de desconformidade. O Termo de recebimento definitivo será lavrado pelo(s) fiscal(is) do Contrato.

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**13.1.** A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo, como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, ficando, ainda, obrigada a:

**13.2.** Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento;

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**13.3.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021, tomando-se por base o valor contratual.

**13.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**13.5.** Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de até 48 HORAS que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**13.6.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**13.7.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**13.8.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**13.9.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**13.10.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica que incidam ou venha a incidir sobre a execução contratual, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**13.11.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal do objeto contratual;

**13.12.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**13.13.** Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**13.14.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**13.15.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**13.16.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**13.17.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**13.18.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

**13.19.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**13.20.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

**13.21.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**13.22.** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**13.23.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**13.24.** Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

**13.25.** Estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que se trata de manipulação dos dados da CONTRATANTE e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados.

**13.26.** Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de dados – LGPD (13.709/2018), contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados à CONTRATANTE, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informações, decorrentes de ação danosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar à CONTRATANTE.

#### **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**14.1.** Constituirão obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE, além de outras previstas no Edital de licitação e legislação pertinente:

**14.2.** Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço, nota de empenho ou documento equivalente.

**14.3.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, em conformidade com o Edital e seus anexos.

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





**14.4.** Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**14.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

**14.6.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**14.7.** Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência;

**14.8.** Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei, no Decreto Municipal nº 15.604/2023 e neste Termo de Referência;

**14.9.** Cientificar os órgãos responsáveis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

**14.10.** Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**14.10.1.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período

**14.11.** Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos.

**14.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**14.13.** Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 que trata da proteção dos dados pessoais, a CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia à CONTRATADA quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

**14.14.** Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATANTE com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

**14.15.** A CONTRATANTE se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares pessoas naturais vinculadas à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e/ ou nas hipóteses previstas nos inciso II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

**14.16.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **15. DO PAGAMENTO:**

**15.1.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis** contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br





crédito em conta corrente em nome da contratada, exclusivamente na instituição financeira contratada para esse fim, consoante expressa previsão legal contida no art. 15 da Lei Municipal nº 10.921 de 16 de setembro de 2019. Atualmente, a instituição financeira contratada se trata do Banco Santander S.A, através do Contrato nº 53/2024, oriundo do Pregão Presencial nº 001/2024, celebrado entre o Município de Fortaleza e o Banco Santander S.A.

**15.1.1.** A nota fiscal/ fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

**15.2.** Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigida na licitação.

**15.3.** É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

**15.4.** Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

**15.4.1.** Documentação relativa à regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça Trabalhista.

## **16. DA FISCALIZAÇÃO:**

**16.1.** A execução contratual deverá ser acompanhada e fiscalizada por gestor e fiscal especialmente designados para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos arts. 7º e 8º do Decreto Municipal nº 15.524, de 09 de janeiro de 2023, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

## **17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

**17.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

**17.1.1** der causa à inexecução parcial do contrato;

**17.1.2.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**17.1.3.** der causa à inexecução total do contrato;

**17.1.4.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**17.1.5.** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**17.1.6.** praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**17.1.7.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**17.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**17.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**17.2.1.** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**17.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no §4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**17.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no §5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**17.2.4.** Multa de:

**17.2.4.1.** 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

**17.2.4.1.1.** der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 12 do Decreto nº 15.604, de 28 de março de 2023.

**17.2.4.1.2.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**17.2.4.1.3.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**17.2.4.1.4.** entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

**17.2.4.2.** 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

**17.2.4.2.1.** não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**17.2.4.2.2.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**17.2.4.3.** 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

**17.2.4.3.1** der causa à inexecução total do contrato;

**17.2.4.3.2.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**17.2.4.3.3.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**17.2.4.3.4.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**17.2.4.3.5** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**17.2.4.3.6** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**17.2.4.4.** multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documentos fiscal.

**17.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**17.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**17.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**17.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**17.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**17.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**17.6.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

**17.7.** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste CONTRATO ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**17.8.** O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Portal ComprasFOR do Município de Fortaleza.

**17.9.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**17.10.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

## **18. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**18.1.** O valor estimado desta contratação possui caráter sigiloso.

## **19. DO REAJUSTE**

**19.1.** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, contado da data do orçamento estimado, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

## **20. PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**20.1.** O prazo de vigência e de execução do contrato é de 12 (doze) meses, improrrogável (art. 105, da Lei Federal nº 14.133/2021), contados **a partir da data da última assinatura**, devendo ser publicado na forma do art. 94, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**21. DO ACESSO À INFORMAÇÃO:**

**21.1.** Este Termo de Referência se enquadra como documento público, não havendo restrições quanto à sua publicidade, salvo nas hipóteses legalmente previstas, conforme dispõe a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)

**APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP****INTRODUÇÃO:**

Estudo Técnico Preliminar destinado à verificação da melhor solução para a aquisição de equipamentos médico-hospitalares na área de neurologia, visando à modernização tecnológica, ao aprimoramento do diagnóstico e tratamento das patologias neurológicas, com vistas à modernização tecnológica e fortalecimento da rede hospitalar municipal de Fortaleza.

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A Secretaria Municipal da Saúde de Fortaleza (SMS), por meio da Coordenadoria de Redes Pré Hospitalar e Hospitalar (COREPH), identificou a necessidade de aquisição de equipamentos essenciais destinados à área de neurologia, com o objetivo de estruturar, qualificar e ampliar a oferta de serviços neurológicos na rede hospitalar municipal, promovendo a modernização tecnológica, a melhoria da capacidade diagnóstica e terapêutica e o fortalecimento da assistência especializada à população.

A demanda decorre da necessidade de:

- garantir a continuidade e a integralidade da assistência prestada aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS);
- substituir equipamentos obsoletos ou inoperantes, considerando que grande parte do parque tecnológico atual se encontra envelhecido, com vida útil ultrapassada e crescente custo de manutenção;
- ampliar a capacidade de resposta em situações críticas, sobretudo nas unidades de terapia intensiva, emergências, centros cirúrgicos e ambulâncias de suporte avançado;
- padronizar o parque tecnológico, favorecendo a manutenção preventiva e corretiva, a gestão de insumos e a interoperabilidade dos dispositivos;
- fortalecer a infraestrutura hospitalar e pré-hospitalar, garantindo disponibilidade imediata de equipamentos essenciais à preservação da vida.
- viabilizar a inauguração do Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC), o que impõe a necessidade de aquisição de equipamentos médico-hospitalares essenciais para seu funcionamento.

A contratação justifica-se pelo interesse público em assegurar que os serviços de urgência, emergência e terapia intensiva disponham de equipamentos seguros, tecnicamente adequados e em plenas condições de funcionamento, essenciais ao atendimento oportuno e qualificado de pacientes acometidos por agravos neurológicos, em especial o Acidente Vascular Cerebral (AVC), bem como à adequada monitorização neurológica em unidades críticas. Nesse contexto, a aquisição de equipamentos como o eletroencefalógrafo e o neuroestimulador mostra-se fundamental para a realização de exames diagnósticos, acompanhamento da atividade cerebral, apoio à tomada de decisão clínica e aplicação de terapias neuromodulatórias, contribuindo para a melhoria dos desfechos assistenciais, a segurança do paciente e a conformidade com as normas técnicas e regulatórias vigentes.

A presente aquisição está alinhada às diretrizes das Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) nº 509/2021 e nº 611/2022 da ANVISA, que tratam, respectivamente, das boas práticas para o funcionamento de serviços de saúde e da gestão de tecnologias em saúde. Essas normas determinam que os equipamentos médico-hospitalares sejam mantidos em condições operacionais adequadas, com manutenção preventiva, corretiva e registros de rastreabilidade e desempenho. A iniciativa

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



também observa o princípio da eficiência administrativa previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, ao buscar otimizar os recursos públicos, reduzir custos decorrentes de falhas e retrabalhos e garantir a continuidade dos serviços essenciais. Portanto, faz-se necessária a aquisição de equipamentos destinados à área de neurologia com vistas a:

- assegurar o atendimento emergencial e a preservação das funções vitais dos pacientes;
- garantir o funcionamento ininterrupto dos setores críticos hospitalares;
- atender às normas sanitárias e técnicas vigentes;
- reduzir o risco de eventos adversos relacionados à indisponibilidade de equipamentos; e
- promover maior eficiência e qualidade na assistência prestada à população.

O conjunto de equipamentos a ser adquirido é essencial para o fortalecimento da rede municipal de urgência e emergência, incluindo os equipamentos voltados ao atendimento neurológico, que são fundamentais no manejo de condições agudas como acidente vascular cerebral (AVC), crises convulsivas e traumatismo cranioencefálico. Essa aquisição contribui diretamente para a resolutividade assistencial, a segurança dos pacientes e o cumprimento dos protocolos clínicos e operacionais das unidades hospitalares e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

A demanda contempla a aquisição dos seguintes equipamentos:

Equipamento	Finalidade principal
<b>Eletroencefalógrafo para registro de atividade elétrica cerebral</b>	Registrar, monitorar e analisar a atividade elétrica cerebral, por meio da captação dos potenciais elétricos gerados pelos neurônios.
<b>Eletroencefalógrafo portátil para registro de atividade elétrica cerebral</b>	Realizar o exame de eletroencefalografia em pacientes com limitações de deslocamento, possibilitando diagnóstico e monitorização neurológica contínua ou pontual
<b>Eletroneuromiografia para</b>	Avaliar a função dos nervos periféricos, da junção neuromuscular e dos

<b>avaliação da função neuromuscular</b>	músculos, por meio do registro da atividade elétrica muscular e da condução nervosa
<b>Neuroestimulador para bloqueio de plexo e nervos periféricos</b>	Auxiliar na localização precisa de nervos e plexos nervosos por meio de estímulos elétricos controlados, possibilitando a realização segura e eficaz de bloqueios anestésicos e analgésicos regionais.

## 2. ÁREAS REQUISITANTES

A área requisitante da presente contratação é a Coordenadoria de Redes Pré-Hospitalar e Hospitalar (COREPH), unidade integrante da estrutura organizacional da Secretaria Municipal da Saúde de Fortaleza (SMS), responsável por planejar, coordenar e monitorar a rede hospitalar e de urgência e emergência do município.

## 3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

### SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br





O presente Estudo Técnico Preliminar contempla todos os hospitais da rede hospitalar gerida pela Secretaria Municipal da Saúde de Fortaleza (SMS). Entretanto, a contratação aqui estudada está prevista apenas para o exercício de 2026, conforme o planejamento estratégico da Pasta. No PCA 2025, atualmente vigente, há previsão nominal apenas para alguns hospitais (vide tabela a seguir), vinculados aos IDs nºs 57, 58, 59, 61, 62 e 63, todos atrelados à classe/grupo 215 – MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E SUPRIMENTOS HOSPITALARES, da UASG 25901 – Fundo Municipal de Saúde.

Cabe destacar que o PCA 2026, ainda a ser publicado, já se encontra estruturado de forma distinta, consolidando em um único item unificado a demanda de toda a rede hospitalar municipal, o que garantirá maior racionalidade, eficiência e economia de escala. Além disso, a previsão orçamentária do PCA 2026 será significativamente superior à do exercício anterior, possibilitando absorver integralmente a presente demanda e as que serão demandadas.

Dessa forma, verifica-se o alinhamento entre a presente contratação e o planejamento de médio prazo da SMS, em conformidade com o disposto no art. 18, §1º, II, da Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 15.595/2023.

Unidade Responsável	UASG	Id	Unidade Hospitalar
Fundo Municipal de Saúde	25901	57	Hospital Distrital Gonzaga Mota Barra do Ceará
Fundo Municipal de Saúde	25901	58	Hospital Distrital Evandro Ayres de Moura
Fundo Municipal de Saúde	25901	59	Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira
Fundo Municipal de Saúde	25901	60	Hospital Distrital Gonzaga Mota José Walter
Fundo Municipal de Saúde	25901	61	Hospital Distrital Gonzaga Mota Messejana
Fundo Municipal de Saúde	25901	62	Hospital Distrital Maria José Barroso de Oliveira
Fundo Municipal de Saúde	25901	63	Hospital e Maternidade Dra. Zilda Arns Neumann

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação deverá observar requisitos técnicos, funcionais, regulatórios e administrativos, de modo a assegurar que os equipamentos adquiridos atendam integralmente às necessidades assistenciais da área de neurologia rede hospitalar municipal, em estrita conformidade com a legislação sanitária e técnica vigente.

##### Requisitos Técnicos e Funcionais

- Conformidade com padrões de desempenho e segurança específicos para uso médico-hospitalar, devendo os equipamentos ser projetados para operação contínua em ambientes assistenciais críticos, como unidades de urgência, emergência e terapia intensiva, garantindo confiabilidade e estabilidade de funcionamento.
- Atender às necessidades clínicas da área de neurologia, possibilitando a realização de exames diagnósticos, monitorização neurológica e apoio terapêutico, de forma segura, precisa e compatível com o perfil assistencial da rede hospitalar municipal.
- Possuir interface de operação intuitiva e de fácil manuseio, com comandos claros, visualização adequada dos parâmetros e alarmes, quando aplicável, permitindo a utilização por profissionais de saúde devidamente capacitados e reduzindo riscos operacionais.

#### SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- Fornecimento de manuais técnicos, de operação e manutenção em língua portuguesa, com instruções claras de uso e conservação.
- Garantia de disponibilidade de peças e componentes originais no mercado nacional por período mínimo de 10 (dez) anos após a aquisição.
- Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, incluindo cobertura integral de peças, mão de obra e deslocamento técnico.
- Adequação à infraestrutura elétrica e de aterramento das unidades de saúde, com indicação da tensão e frequência compatíveis e proteção contra sobrecarga.
- Equipamentos com memória interna ou registro de eventos (quando aplicável), permitindo rastreabilidade de uso e suporte à gestão de manutenção.

#### **Requisitos Regulatórios**

- Registro ou cadastro vigente na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme exigências da RDC nº 751/2022 (que substitui a RDC nº 185/2001) e demais regulamentações correlatas.
- Atendimento integral às normas da ABNT NBR IEC 60601-1 e respectivas partes colaterais e particulares aplicáveis (segurança elétrica e desempenho essencial de equipamentos eletromédicos).
- Observância das exigências do INMETRO quanto à certificação compulsória para equipamentos eletromédicos, conforme regulamentação vigente.
- Conformidade com as RDC nº 509/2021 e RDC nº 611/2022 da ANVISA, no que tange às boas práticas de gestão, controle de manutenção e rastreabilidade de equipamentos médico hospitalares.

#### **Requisitos de Sustentabilidade e Gestão**

- Preferência para equipamentos com baixo consumo energético, sistemas de stand-by automático e componentes recicláveis, contribuindo para a sustentabilidade ambiental.
- Capacidade de integração futura com sistemas informatizados de gestão patrimonial e de engenharia clínica da SMS, viabilizando controle de inventário e manutenção.
- Fornecimento obrigatório de treinamento inicial presencial aos profissionais das áreas assistenciais e da engenharia clínica, abrangendo operação, cuidados preventivos e primeiros procedimentos de manutenção.
- Disponibilização de manual técnico digital e acesso a suporte remoto durante o período de garantia, facilitando a capacitação e o uso racional dos equipamentos.

#### **Requisitos Administrativos e de Garantia Contratual**

- Entrega, instalação, calibração e testes de aceitação de desempenho realizados em cada unidade de destino, com relatório técnico de conformidade emitido pela engenharia clínica da SMS como condição de recebimento definitivo.
- Apresentação, no ato da entrega, de termo de garantia do fabricante e plano de manutenção preventiva recomendada, contendo periodicidade, procedimentos e itens críticos de inspeção.
- Responsabilidade integral do fornecedor pela assistência técnica durante o período de garantia, assegurando atendimento local ou regional com prazos máximos de resposta definidos no contrato. Obrigatoriedade de uso de peças originais e mão de obra qualificada, sob pena de perda de garantia.

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- Fornecimento de certificado de calibração rastreável à RBC/Inmetro, quando aplicável ao tipo de equipamento.

## 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades de equipamentos médico-hospitalares foram definidas a partir da consolidação das demandas apresentadas individualmente por cada hospital da rede municipal. Cada unidade hospitalar, após provocação e orientação técnica da Engenharia Clínica da COREPH, realizou estudo próprio de necessidades e elaborou sua respectiva demanda, tendo por base as seguintes normas:

- RDC nº 50/2002 – Regulamento técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.

DESCRIÇÃO - EMH	CÓD. SEPOG	QUANTITATIVO POR HOSPITAL									Total Geral
		HDEAM	HDEBO	HDG MBC	HDG MJW	HDG MM	HDM JBO	HIF	HMDZAN	HNSC	
Eletroencefalógrafo para registro de atividade elétrica cerebral	3608121								1		1
Eletroencefalógrafo portátil para registro de atividade elétrica cerebral	3608122								1		1
Eletroencefalógrafo para avaliação da função neuromuscular	3608123								2		2
Neuroestimulador para bloqueio de plexo e nervos periféricos	3608134	1	1				2		2		6
Total Geral		1	1	0	0	0	2	0	6	0	10

- RDC nº 07/2010 – Requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva (UTI).
- RDC nº 15/2012 – Boas práticas de processamento de produtos para saúde em serviços de saúde.
- RDC nº 302/2005 – Regulamento técnico para funcionamento de laboratórios clínicos.
- RDC nº 330/2019 – Boas práticas de funcionamento para serviços de diagnóstico por imagem.
- RDC nº 509/2021 – Requisitos essenciais de segurança e desempenho para equipamentos eletromédicos.
- RDC nº 611/2022 – Requisitos de boas práticas de fabricação e regularização de equipamentos médicos.
- RDC nº 751/2022 – Classificação de risco, requisitos de rotulagem e regularização de dispositivos médicos.
- RDC nº 222/2018 – Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
- RDC nº 36/2008 – Regulamento técnico para funcionamento de unidades de internação obstétrica e berçários.
- Portaria GM/MS nº 2.048/2002 – Regulamento técnico dos sistemas estaduais de urgência e emergência (inclui requisitos para ambulâncias).
- ABNT NBR IEC 60601-1 – Equipamentos eletromédicos – Requisitos gerais de segurança e desempenho essencial.

Desta forma, as informações foram consolidadas no Documento de Formalização de Demanda (DFD) e sintetizada na tabela abaixo:

## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



## 6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Com base na consolidação de itens e quantidades constantes do DFD, verifica-se ampla oferta no mercado nacional, com múltiplos fabricantes e distribuidores por categoria, o que permite competição adequada e seleção pelo critério de menor preço com requisitos mínimos de desempenho e segurança aplicáveis a EMH.

### 6.1. Alternativas de solução avaliadas:

#### Aquisição por licitação com Sistema de Registro de Preços (SRP), por item/grupos

- Como funciona: realização de pregão eletrônico, com ata de registro de preços e possibilidade de entregas parceladas por 12 meses (prorrogável conforme regulamento), aderente ao planejamento unificado da rede.

- **Vantagens:**

- captura de economia de escala (volumes consolidados em 2026);
- flexibilidade logística (entrega por lote/unidade à medida das adequações físicas);
- competição ampliada (múltiplas marcas/distribuidores por item, reduzindo risco de deserto).

- **Pontos de atenção:**

- manter especificações não restritivas e verificar previamente compatibilidade elétrica/ambiental para cada unidade;
- prever testes de aceitação e treinamento na entrega.

#### Locação operacional com manutenção inclusa

- Aplicabilidade: itens de maior valor e criticidade (tomógrafo, mamógrafo, arco em C) podem ser locados com SLA de disponibilidade.
- Vantagens: dilui o investimento inicial, mitiga obsolescência e garante níveis de serviço.
- Desvantagens: custo total de longo prazo pode superar a compra; dependência do fornecedor; menor legado patrimonial.

#### Adesão a atas existentes (carona)

- Vantagens: implantação mais rápida se houver ata compatível, preços vantajosos e fornecedores com cobertura local.
- Desvantagens: menor controle sobre prazos/itens e risco de descompasso com o planejamento unificado de 2026.

#### Compra direta por itens (sem SRP), com adjudicação por item

- Vantagens: simplicidade procedimental em alguns casos.
- Desvantagens: perde flexibilidade de entrega parcelada, dificulta coordenação de cronogramas entre hospitais e reduz potencial de economia de escala.

#### Comodato atrelado a insumos

Aplicabilidade limitada para EMH de imagem e vídeo (modelo é mais comum para reagentes/sistemas de laboratório). Em geral, não recomendável para este conjunto por risco de amarração comercial e restrição à competição.

### 6.2. Comparativo técnico-econômico resumido (5 anos)

## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Critério	SRP (Compra)	Locação com manutenção inclusa	Carona	Compra direta sem SRP
Investimento inicial	Alto	Baixo	Baixo a médio	Alto

### 6.3 Conclusão técnico-econômica

Diante do portfólio amplo e competitivo de EMH contemplado no DFD e do planejamento de consolidação em 2026, a alternativa mais vantajosa é a aquisição por SRP, por item (ou por famílias técnicas quando justificável), com entrega parcelada e treinamento + testes de aceitação como condição de recebimento.

#### Essa solução:

- alavanca economia de escala com os volumes totais previstos;

Custo total (5 anos)	Menor (em regra)	Maior (mensalidade)	Variável	Médio
Flexibilidade de entrega	Alta (parcelas)	Média	Baixa a média	Baixa
Aderência ao PCA 2026 unificado	Alta	Média	Baixa	Média
Risco de desabastecimento/atraso	Baixo	Baixo	Médio	Médio
Mitigação da obsolescência	Média (pede política de manutenção pós-garantia)	Alta	Baixa	Baixa

- oferece sincronização com as obras/adequações físicas e do Hospital da Mulher e Frotinhas;
- preserva a ampla competição entre marcas e distribuidores, evitando especificações restritivas;
- permite planejar a manutenção: garantia mínima + estratégia de manutenção pós-garantia (processo específico ou módulo opcional com SLA).

### 7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa preliminar de preços foi elaborada com base nas informações constantes na planilha consolidada abaixo, que apresenta os quantitativos demandados por cada hospital da rede municipal, devidamente provocados pela Engenharia Clínica/COREPH para levantamento individual.

A maior parte dos preços unitários foi obtida através de pesquisa no Portal de Consulta de Preços do Fundo Nacional de Saúde – FNS, vinculado ao Ministério da Saúde, em 04/09/2025, constituindo-se fonte oficial e fidedigna para este tipo de levantamento. Para itens não localizados nessa base, utilizaram-se pesquisas de mercado simples em sítios eletrônicos de fornecedores e consultas a Atas de Registro de Preço disponíveis.

Ressalta-se que esta estimativa de contratação não se confunde com a pesquisa de preços exigida pela Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 23, §1º, e demais dispositivos aplicáveis. Trata-se de levantamento inicial destinado a subsidiar o Estudo Técnico Preliminar, não possuindo o rigor metodológico da cotação formal exigida em fase posterior do processo licitatório.

### SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br





Desse modo, a estimativa de valor aqui apresentada tem caráter meramente indicativo, servindo para dimensionar a magnitude da contratação e orientar as etapas subsequentes do planejamento, devendo ser posteriormente complementada com pesquisa de preços em conformidade com a legislação vigente.

Segue abaixo tabela que sintetiza os valores encontrados:

**ANEXO – RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E QUANTIDADES POR DESTINO**

DESCRIÇÃO - EMH	CÓD. SEPOG	QUANTITATIVO POR HOSPITAL									Total Geral	VALOR ESTIMADO (R\$)	
		HDEAM	HDEBO	HDEGMBIC	HDEGMJW	HDEGMM	HDEMBUBO	HIF	HMDZAN	HNSC		UNITÁRIO	TOTAL
Eletroencefalógrafo para exames de rotina em laboratório ou Clínica	3608121								1		1	71.984,00	71.984,00
Eletroencefalógrafo portátil para exames à beira leito e transporte	3608122								1		1	25.350,00	25.350,00
Eletroencefalógrafo para avaliação da função neuromuscular	3608123								2		2	179.700,00	359.400,00
Neuroestimulador para bloqueio de plexo e nervos periféricos	3608134	1	1				2		2		6	3.318,00	19.908,00
Total Geral		1	1	0	0	0	2	0	6	0	10		R\$ 476.642,00

## 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução considerada mais vantajosa para atender à necessidade apresentada consiste na aquisição, por meio de processo licitatório na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP), dos equipamentos médico-hospitalares descritos no Documento de Formalização de Demanda (DFD), contemplando as unidades hospitalares da rede municipal como Hospital da Mulher e Frothinhas.

A contratação, estruturada de forma unificada no PCA 2026, permitirá racionalização e economia de escala, assegurando condições homogêneas de aquisição e entrega dos equipamentos essenciais, com a flexibilidade necessária para atendimento das demandas específicas de cada hospital.

### 8.1. Principais elementos da solução

- Aquisição por SRP, com adjudicação por item, assegurando ampla competitividade e possibilidade de participação de diversos fornecedores;
- Entrega e instalação descentralizada, conforme as necessidades de cada hospital, inclusive a inauguração do HNSC, e a existência de dotação orçamentária.
- Testes de aceitação (SAT) obrigatórios em cada equipamento, como condição de recebimento definitivo;
- Treinamento inicial para equipes assistenciais e de engenharia clínica, garantindo uso seguro e adequado dos equipamentos;
- Garantia mínima de 12 ou 24 meses - a depender do equipamento -, com cobertura de peças, mão de obra e assistência técnica local;
- Plano de manutenção preventiva e corretiva indicado pelo fabricante, a ser observado durante e após o período de garantia;

## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





- Fornecimento de manuais técnicos e operacionais em língua portuguesa, conforme normativos da ANVISA;
- Sustentabilidade: preferência por equipamentos com menor consumo energético, compatibilidade com sistemas digitais de gestão, e logística reversa de peças e acessórios descartados.

## 8.2. Benefícios esperados

- Padronização tecnológica do parque de EMH da rede municipal;
- Redução de custos com manutenção corretiva e obsolescência;
- Ampliação da capacidade de atendimento assistencial, reduzindo filas e tempo de espera; • Segurança e qualidade assistencial, com tecnologias atualizadas e em conformidade com normas regulatórias;
- Racionalidade na gestão, com unificação da demanda e maior poder de negociação da SMS.

## 9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

O objeto da presente contratação é composto por diferentes equipamentos médico-hospitalares (EMH), cada qual com características técnicas, funcionais e de mercado distintas. Considerando a diversidade tecnológica dos itens, a forma de comercialização no mercado e a necessidade de ampliar a participação de fornecedores, a opção mais adequada é a adjudicação por item, sem agrupamento em lotes.

### Tal medida tem como objetivos:

- Ampliar a competitividade, permitindo que empresas especializadas em apenas determinadas linhas de equipamentos possam participar do certame;
- Aumentar as chances de êxito da licitação, reduzindo riscos de fracasso ou deserto, uma vez que a habilitação não ficará restrita a fornecedores com portfólio amplo o bastante para atender a todos os itens simultaneamente;
- Assegurar economicidade, já que a disputa item a item tende a proporcionar melhores preços e condições específicas de fornecimento para cada tecnologia;
- Atender às peculiaridades de mercado, em que fabricantes e distribuidores costumam especializar-se em linhas específicas de EMH, como imagem diagnóstica, endoscopia, monitorização, neonatologia, entre outros.
- Permitir a aquisição dos equipamentos conforme a real necessidade de cada unidade hospitalar (sob demanda), a fim de possibilitar uma melhor distribuição do fluxo de caixa e evitar despesas desnecessárias.

Assim, o parcelamento por item está em consonância com os princípios da competitividade, economicidade e eficiência que regem as contratações públicas.

## 10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação em estudo visa alcançar resultados expressivos para a rede hospitalar e pré-hospitalar municipal, tanto sob o ponto de vista assistencial e clínico quanto sob o aspecto de gestão administrativa e otimização de recursos públicos.

### 10.1. Resultados Assistenciais

- Melhoria da segurança e da qualidade do cuidado prestado aos pacientes com agravos neurológicos atendidos nos serviços de urgência, emergência e terapia intensiva, por meio do fortalecimento da

## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



capacidade diagnóstica, da monitorização neurológica adequada e do suporte terapêutico oportuno, contribuindo para a redução de riscos assistenciais, otimização da tomada de decisão clínica e melhores desfechos em saúde.

- Redução do tempo de resposta em situações de urgência e emergência, garantindo atendimento imediato e suporte adequado à manutenção das funções vitais;
- Fortalecimento das unidades da rede municipal, por meio da ampliação da capacidade tecnológica e assistencial na área de neurologia, assegurando maior resolutividade dos serviços de urgência, emergência e terapia intensiva, redução da necessidade de encaminhamentos externos e melhoria da integração entre os diferentes níveis de atenção à saúde, assegurando a continuidade assistencial em todos os níveis de complexidade;
- Conformidade com as normas técnicas e regulatórias aplicáveis (ANVISA, ABNT e INMETRO), promovendo segurança elétrica, desempenho essencial e rastreabilidade dos equipamentos médico-hospitalares;
- Melhoria da capacidade operacional e da resolutividade da rede, reduzindo o risco de eventos adversos decorrentes de falhas ou indisponibilidade de equipamentos essenciais;
- Aprimoramento da atenção adulto, neonatal e pediátrica, com equipamentos adequados a esses públicos, reforçando a segurança e a precisão nos cuidados intensivos especializados.

## 10.2. Resultados Econômicos e de Gestão

- Padronização tecnológica e funcional do parque de equipamentos médico-hospitalares (EMH), o que facilita a gestão de manutenção, reduz custos com assistência técnica e amplia a eficiência logística;
- Diminuição da incidência de manutenções corretivas onerosas, substituindo equipamentos obsoletos e de alto custo operacional por modelos mais modernos, duráveis e de baixo consumo energético;
- Economia de escala ao consolidar, no Plano de Contratações Anual (PCA 2026), demandas comuns de todos os hospitais e do SAMU, otimizando o processo licitatório;
- Aumento da competitividade do certame com adjudicação por item ou grupo técnico, favorecendo a obtenção de melhores preços e condições de fornecimento;
- Fortalecimento da governança em saúde, com planejamento integrado conduzido pela COREPH e alinhado às diretrizes do Decreto Municipal nº 15.595/2023, que regulamenta o planejamento e a gestão das contratações públicas no âmbito da SMS;
- Melhor controle e rastreabilidade do ciclo de vida dos equipamentos, por meio da integração futura aos sistemas informatizados de gestão da engenharia clínica.

## 11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não há providências prévias a serem adotadas pela Administração antes da formalização da contratação, pois:

- os equipamentos objeto desta contratação — como eletroencefalógrafo portátil, eletroneuromiógrafo e neuroestimulador para bloqueio de plexos e nervos periféricos, — já possuem infraestrutura elétrica, mobiliária e operacional compatível nas unidades hospitalares e de pronto atendimento da rede municipal;
- trata-se, em grande parte, de substituição ou renovação tecnológica de equipamentos existentes, não implicando novas instalações físicas ou ampliações estruturais;

## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



- os novos equipamentos de apoio e diagnóstico e apoio terapêutico são de porte compacto e instalação simples, podendo ser alocados imediatamente após o recebimento e validação técnica pela engenharia clínica;
- eventuais adequações menores, como instalação de tomadas hospitalares, pontos de aterramento ou calibração inicial, já se encontram previstas na rotina de manutenção da rede ou serão executadas pelo fornecedor durante o processo de aceitação técnica.
- Dessa forma, a contratação poderá ser executada sem necessidade de obras ou ajustes prévios adicionais, permitindo a instalação imediata e o uso efetivo dos equipamentos após a entrega, em conformidade com o cronograma estabelecido pela COREPH e pelas unidades de destino.

## 12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes em andamento que possam impactar ou influenciar a presente demanda. A aquisição em estudo contempla, de forma autônoma e independente, a substituição, padronização e ampliação do parque tecnológico de equipamentos médico-hospitalares Equipamentos de diagnóstico funcional neurológico e Equipamento de apoio terapêutico / anestésico, tais como eletroencefalógrafo, eletroencefalógrafo portátil, eletroneuromiógrafo e neuroestimulador para bloqueio de plexos e nervos periféricos. Embora existam contratos vigentes relacionados à manutenção preventiva e corretiva, calibração e gestão patrimonial de EMH na rede hospitalar municipal, esses instrumentos não configuram interdependência direta com a presente contratação, uma vez que têm por objeto o suporte técnico continuado e não a aquisição de novos bens. Assim, a execução do presente processo poderá ocorrer de forma autônoma, segura e coordenada com as rotinas de manutenção e incorporação tecnológica da Secretaria Municipal da Saúde, sob gestão da COREPH, sem dependência de outras licitações ou contratações diretas em curso.

## 13. IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de equipamentos médico-hospitalares (EMH) envolve potenciais impactos ambientais relacionados ao consumo de energia, ao uso de insumos e ao descarte de resíduos e componentes ao final da vida útil dos bens.

### 13.1. Aspectos positivos esperados

- Substituição de equipamentos antigos por novos, mais eficientes em consumo energético, contribuindo para a redução da pegada ambiental das unidades hospitalares;
- Possibilidade de aquisição de tecnologias mais modernas, com menor necessidade de insumos descartáveis e maior durabilidade dos componentes;
- Redução de manutenções corretivas em excesso, que frequentemente geram resíduos (peças, óleos, eletrônicos etc.).

### 13.2. Medidas de mitigação e sustentabilidade

- Exigência de certificação de conformidade com normas ambientais e de eficiência energética aplicáveis (INMETRO/ABNT), sempre que disponíveis;
- Logística reversa para baterias, componentes eletrônicos e acessórios descartados, conforme previsto em legislação ambiental específica;
- Preferência por fornecedores que ofereçam planos de descarte adequado ou que estejam cadastrados em programas de sustentabilidade;

## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



- Manutenção preventiva periódica, conforme recomendações do fabricante, a fim de aumentar a vida útil dos equipamentos e reduzir a geração de resíduos.

Dessa forma, a contratação contribuirá para a modernização sustentável do parque tecnológico hospitalar, alinhando-se ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei nº 14.133/2021 e às diretrizes de gestão ambiental aplicáveis à Administração Pública.

#### 14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Após análise da necessidade apresentada, das áreas envolvidas, da previsão no PCA, das quantidades demandadas, do levantamento de mercado, da estimativa preliminar de preços, da descrição da solução, da justificativa para parcelamento, dos resultados pretendidos, das providências prévias, da ausência de contratações correlatas e da avaliação dos impactos ambientais, conclui-se pela viabilidade da presente contratação. A solução recomendada consiste na aquisição, por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), com adjudicação por item, equipamentos médico-hospitalares de Equipamentos de diagnóstico funcional neurológico e Equipamento de apoio terapêutico / anestésico constantes no Documento de Formalização de Demanda (DFD), contemplando todos os hospitais da rede municipal de Fortaleza e os Hospital da Mulher (HMDZAN), Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira (HDEBO), Hospital Distrital Maria José Barros de Oliveira (HDMJBO) – Hospital Distrital Evandro Ayres de Moura (HDEAM).

##### Tal contratação é essencial para:

- assegurar a continuidade e a qualidade da assistência à saúde;
- fortalecer a estrutura assistencial dos hospitais da rede e apoiar a implantação do HNSC;
- promover a substituição de equipamentos obsoletos e a modernização tecnológica da rede;
- garantir maior segurança, eficiência e resolutividade no atendimento hospitalar e pré-hospitalar;
- atender às diretrizes de planejamento da SMS, com previsão unificada no PCA 2026 e respaldo orçamentário adequado.
- assegurar o atendimento imediato a emergências clínicas e cirúrgicas, com equipamentos confiáveis e em conformidade com normas sanitárias e técnicas vigentes,

Assim, este Estudo Técnico Preliminar recomenda a deflagração do processo licitatório correspondente, preferencialmente na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, conforme o Decreto Municipal nº 15.608/2023 e suas atualizações, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e sustentabilidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

À

Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR

Att. Sr (a). Pregoeiro (a)

Ref.: Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_

A Empresa \_\_\_\_\_ sediada na (rua, bairro, cidade, telefone, etc.), nº \_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representado por \_\_\_\_\_ (nome e dados do representante legal), abaixo assinado, propõe a entrega dos objetos a seguir especificado, conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

**1. Identificação da licitante:**

a. Razão Social:

b. CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:

c. Endereço completo:

d. Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):

e. Telefone, celular, e-mail:

f. Banco Santander S/A, agência e nº da conta corrente:

**2. Condições Gerais da Proposta:**

A presente proposta é válida por \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias, contados da data de sua emissão (**não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação.**)

**3. Formação do Preço:**

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

Declaramos que o objeto cotado atende todas as exigências do Edital, relativas à especificação e características, inclusive técnicas e que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Declaramos ainda, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penalidades da lei, que nos comprometemos a fornecer informações adicionais, solicitadas pelo(a) Pregoeiro(a) ou pela Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, como: laudos técnicos de análises do produto, catálogos e outros, a qualquer tempo e/ou fase do processo licitatório, com finalidade de dirimir dúvida e instruir as decisões relativas ao julgamento.

**1.** Nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, taxa de administração, lucro, encargos trabalhistas e despesas com seguros, frete, mão de obra e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Pregão e excluídos da composição dos preços ofertados. (DESCREVER OS CUSTOS, CONFORME O CASO).

**2.** O prazo de entrega do objeto será de (observar o limite máximo do Termo de Referência).

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



3. O local de entrega do objeto será o indicado no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal  
(Nome e cargo)

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





**ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/20\_\_-SMS

Pregão Eletrônico nº

Processo nº **P044771/2026**

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., conforme deliberação constante do julgamento do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/202\_ e do respectivo resultado de homologado, publicado no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO FUNDAMENTO LEGAL**

O presente instrumento fundamenta-se:

I - No Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_

II - Nos termos dos Decretos Municipais nº 15.608, de 31 de março de 2023, nº 15.595, de 22 de março de 2023, nº 15.604, de 28 de março de 2023 e nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016.

III - Na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.

IV - Na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados).

**2. DO OBJETO**

**2.1. CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE ATA SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES - NEUROLOGIA VI, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA - SMS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....** que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar e será incluído, na respectiva ata, o registro das licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais ao da licitante vencedora na sequência da classificação do certame, podendo ser prorrogado nos limites da lei e mediante justificativa do interesse público, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelas licitantes classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº **P044771/2026**.

**2.2.** A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de procedimento de licitação, sendo assegurada ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

**3. DA ASSINATURA, FORMALIZAÇÃO, VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA.**

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**3.1.** Este instrumento será assinado pela Secretaria Municipal da Saúde, pela Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza e pelo representante do fornecedor ou procurador legalmente constituído, na forma do art. 17 do Decreto Municipal n.º 15.608, de 31 de março de 2023.

**3.2.** A publicação da Ata do Registro de Preços será realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP pelo órgão ou entidade gerenciadora do registro de preço.

**3.3.** O prazo de vigência da presente Ata é de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada uma vez por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**3.4.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de Fortaleza, na condição de órgão Interessado, mediante consulta prévia ao Órgão Gestor do Registro de Preços e concordância do fornecedor, conforme disciplina o art. 30 a 32 do Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

**3.5.** Será incluído nesta Ata, na forma de anexo, o registro do(s) fornecedor(es) que aceitarem cotar bens e serviços com preços iguais ao do(s) licitante(s) vencedor(es) na sequência da classificação do certame e os que mantiverem sua proposta original.

#### **4. DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** Caberá à **Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza – SELIFOR** o gerenciamento deste instrumento, no seu aspecto operacional e nas questões legais, principalmente quanto às atribuições previstas no art. 7º do Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

#### **5. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:**

SEQ.	ÓRGÃO/ENTIDADE	ENDEREÇO
01	Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza/SMS	Rua Barão do Rio Branco, 910 – Centro-Fortaleza – Ceará.

**5.1.** O órgão ou entidade participante da Ata de Registro de Preço deverá observar o art. 8º do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023;

**5.2.** Fica vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste instrumento;

#### **6. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

**6.1.** Durante o prazo de validade desta Ata, os órgãos e entidades participantes poderão contratar (firmar contratos) com os fornecedores com preços registrados de acordo com os quantitativos e especificações previstos, devendo comunicar ao órgão gestor, a recusa do detentor de Registro de Preços em fornecer os bens/serviços no prazo estabelecido pelo mesmo.

**6.2.** A contratação com os fornecedores registrados poderá ser realizada por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e art. 33 do Decreto Municipal nº 15.608/2023.

**6.3.** O fornecedor terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação, para a assinatura do Contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito pela Administração.

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**6.4.** Para realização da contratação, os órgãos ou entidades participantes deverão abrir processo numerado e instruído contendo obrigatoriamente: solicitação da compra ou contratação; dotação orçamentária; comprovação de vigência da ata de registro de preços; ordem de compra ou de serviço.

**6.5.** O contrato decorrente da Ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no Anexo I – Termo de Referência do edital ou aviso de contratação, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. (Art. 35 do Decreto Municipal nº 15.608/2023).

**6.6.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. (art. 34 do Decreto Municipal nº 15.608/2023).

**6.7.** Na assinatura do Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas no Edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

**6.8.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes do procedimento licitatório para registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, mediante procedimento administrativo, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

**6.9.** O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante ou de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante devendo, neste último caso, ser observados os limites previstos no art. 31 do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023.

## **7. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**7.1.** Durante o prazo de validade da Ata, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de Fortaleza que não tenha participado do certame licitatório poderá aderir à ata de registro de preços na condição de não participante, desde que justificada a vantagem da adesão e demonstrado que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

**7.2.** Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

**7.3.** Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**7.4.** As aquisições ou contratações adicionais por adesão não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**7.5.** O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**7.6.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até **90 (noventa) dias**, observado o prazo de vigência da ata.

**7.7.** Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento, pelo fornecedor, das obrigações contratualmente assumidas e à aplicação, observada a ampla defesa e o

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**7.8.** O quantitativo reservado para aquisição pelo órgão gerenciador, órgãos participantes e não participantes constam em documento anexo parte integrante desta Ata.

**7.9.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos no art. 30 do Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

**8.1.** Os signatários desta Ata de Registro de Preços assumem as obrigações e responsabilidades constantes no Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

**8.2.** Caberá ao órgão participante, as atribuições que lhe são conferidas nos termos do art. 8º do Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

**8.3.** O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica obrigado a:

**8.3.1.** Atender aos pedidos efetuados pelos órgãos ou entidades participantes do Sistema de Registro de Preços, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados nesta Ata, durante a sua vigência.

**8.3.2.** Fornecer os bens ofertados por preço unitário registrado nas quantidades indicadas pelos órgãos ou entidades participantes do Sistema de Registro de Preços e nos prazos a serem definidos no instrumento contratual.

**8.3.3.** Responder no prazo de até \_\_ (\_\_) dias a consultas do órgão gestor de Registro de Preços sobre a pretensão de órgão/entidade não participante (carona).

**8.3.4.** Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

**8.3.5.** Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

## **9. DOS PREÇOS REGISTRADOS E SUAS REVISÕES**

**9.1.** Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão aqueles ofertados nas propostas de preços da(s) licitante(s) vencedora(s), bem como consta no anexo B desta Ata, listagem com o cadastro de reserva dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preços iguais ao(s) do(s) licitante(s) vencedor(es), na sequência da classificação do certame, conforme permissivo legal do art. 16, inciso II do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023 ou a informação expressa de que não houve licitante que aceitasse cotar o objeto com preços iguais à da licitante vencedora.

**9.2.** As quantidades previstas no Anexo I – Termo de Referência do edital são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração Municipal, através do órgão ou entidade participante, o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

**9.3.** Os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados, obedecendo aos parâmetros constantes nos arts. 24 a 26 do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023.

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**9.4.** O órgão ou entidade gerenciador convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequado ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

**9.5.** Havendo a liberação do fornecedor, o órgão gerenciador deverá convocar os demais fornecedores classificados, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, e não havendo êxito nas negociações, deverá proceder ao cancelamento do item ou da Ata de Registro de Preços.

**9.6.** Caso haja redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciador deverá comunicar aos órgãos e entidades que tiverem formalizado contrato ou instrumento equivalentes, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar em negociação com vistas à alteração contratual.

**9.7.** As alterações dos preços registrados, oriundas de suas revisões, serão divulgadas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e disponibilizadas durante a vigência da Ata de registro de preço.

## **10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1.** O detentor de preços registrados terá o seu registro cancelado quando:

**10.1.1.** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**10.1.2.** Não retirar a nota de empenho ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**10.1.3.** Não aceitar reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado;

**10.1.4.** For declarado inidôneo ou impedido para licitar e contratar com a Administração Pública;

**10.1.5.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados e justificados, e por razão de interesse público.

**10.2.** O cancelamento do registro de preço será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e ampla defesa.

## **11. DOS PRAZOS DE ENTREGA E DO PAGAMENTO**

**11.1.** As condições gerais de execução do objeto desta Ata, tais como recebimento, prazo de entrega, obrigações da Administração e do fornecedor registrado, pagamento e demais condições da contratação encontram-se definidos no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** A aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço será de competência do órgão gerenciador; nas hipóteses em que o descumprimento ocorrer nas contratações realizados pelos órgãos participantes e não participantes caberá ao respectivo órgão a aplicação da penalidade.

**12.2.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o fornecedor com preço registrado que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou quando deixar de cumprir parcial ou totalmente com as regras dispostas nesta Ata de Registro de Preço.

**12.3.** Nos processos para apuração e aplicação de sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão observados os procedimentos previstos no Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023.

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br





**12.4.** O fornecedor com preço registrado que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estará sujeito, garantido o direito prévio ao contraditório e à ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às respectivas penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 15.604, de 31 de março de 2023.

### 13. DO FORO

**13.1.** Fica eleito o foro do Município de Fortaleza do Estado do Ceará, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

**13.2.** Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

**13.3.** Signatários:

Órgão Gerenciador	Nome do Titular	Cargo	Assinatura

Órgão Participante	Nome do Titular	Cargo	Assinatura

Detentores do Reg. de Preços	Nome do Representante	email da empresa	Assinatura

### SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br





**ANEXO A - QUANTITATIVOS RESERVADOS**

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre a Secretaria Municipal de Saúde - SMS, os órgãos participantes e os fornecedores, cujos preços estão a seguir registrados, em face da realização do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_.

ITEM	CÓD ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	FORNECEDORES	QUANTIDADE	PREÇO REGISTRADO

FORNECEDOR \_\_\_\_\_

**ANEXO B - DAS LICITANTES QUE ACEITARAM COTAR O MESMO PREÇO DA LICITANTE VENCEDORA**

Conforme previsto no art. 16, inciso II, do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023 o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da licitante vencedora, na sequência da classificação do certame é o seguinte:

ITEM	CLASSIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL/CNPJ	ESPECIFICAÇÃO	MARCA / FABRICANTE	APRES.	QNT.	VALOR UNITÁR. DO ITEM R\$	VALOR TOTAL DO ITEM R\$
VALOR TOTAL DO ITEM R\$								

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO**

Contrato nº \_\_\_\_\_ / 20\_\_ –  
Processo nº \_\_\_\_\_

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MUNICÍPIO DE FORTALEZA, POR INTERMÉDIO  
DA SECRETARIA DA  
CONTRATADA**

\_\_\_\_\_, **ABAIXO QUALIFICADOS,  
PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.**

O **MUNICÍPIO DE FORTALEZA** pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do(a) ..... (órgão contratante),..., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º XXXX, com sede nesta Capital, na XXXX – CEP XXXX, neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), portador da Matrícula Funcional nº (ou nomeado pelo ato/portaria n.) ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº \_\_\_\_\_ e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_, mediante as cláusulas e condições a seguir anunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**1.1.** O presente contrato tem como fundamento o Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_ e seus anexos, os preceitos do Direito Público, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, os Decretos Municipais nº 15.608, de 31 de março de 2023, nº 15.595, de 22 de março de 2023, nº 15.604, de 28 de março de 2023, bem como na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

**2.1.** O presente contrato tem por objeto a **AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES - NEUROLOGIA VI, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA - SMS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.**

**2.2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**2.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**2.3.1.** O Termo de Referência;

**2.3.2.** O Edital de Licitação;

**2.3.3.** A Proposta do contratado;

**2.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**3.1.** O prazo de vigência e de execução do contrato é de 12 (doze) meses, improrrogável (art. 105, da Lei Federal nº 14.133/2021), contados a partir da data da última assinatura, devendo ser publicado na forma do art. 94, da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO**

**4.1.** O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**4.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**4.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

**5.1.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis** contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, exclusivamente na instituição financeira contratada para esse fim, consoante expressa previsão legal contida no art. 15 da Lei Municipal nº 10.921 de 16 de setembro de 2019. Atualmente, a instituição financeira contratada se trata do Banco Santander S.A, através do Contrato nº 53/2024, oriundo do Pregão Presencial nº 001/2024, celebrado entre o Município de Fortaleza e o Banco Santander S.A.

**5.1.1.** A nota fiscal/ fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/ fatura corrigida.

**5.2.** Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigida na licitação.

**5.3.** É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

**5.4.** Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

**5.4.1.** Documentação relativa à regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça Trabalhista.

### **CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE**

**6.1.** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, contado da data do orçamento estimado, mediante aplicação do índice (**Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC**).

### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**6.1.1.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**6.1.2.** O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**6.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**6.3.** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**6.4.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO OBJETO**

#### **7.1. Quanto à entrega:**

**7.1.1** A entrega dos equipamentos deverá ocorrer em até 45 (quarenta e cinco ) dias corridos, contados a partir da nota do empenho.

**7.1.2.** A contratada será responsável por todas as despesas de transporte, seguro, embalagem, carregamento, descarregamento e instalação dos equipamentos até o local de destino, devendo garantir que o produto seja entregue em perfeitas condições de uso e funcionamento, acompanhado de todos os acessórios, manuais e documentos obrigatórios.

**7.1.3.** O local exato de entrega será indicado pela Coordenadoria de Redes Pré-Hospitalar e Hospitalar – COREPH/SMS, conforme a demanda da SMS, podendo incluir almoxarifado central e hospitais todos situados no município de Fortaleza/CE.

**7.1.4.** A entrega deverá ocorrer mediante agendamento prévio com o gestor do contrato, da unidade e/ou com a Engenharia Clínica/COREPH, de modo a permitir o acompanhamento técnico e a conferência física dos itens.

**7.1.5.** A contratada deverá realizar treinamento técnico-operacional in loco, destinado aos profissionais designados pela unidade de saúde e pela Engenharia Clínica/COREPH, fornecendo certificados de participação.

#### **7.2. Quanto o recebimento:**

**7.2.1. PROVISORIAMENTE**, até **10 (dez) dias úteis** da entrega do produto, mediante Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito pelo(s) fiscal(is) do contrato.

**7.2.2. DEFINITIVAMENTE**, até **30 (trinta) dias úteis** da expedição do termo de recebimento provisório, após a verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, consequente aceitação das notas fiscais pelo(s) fiscal(is) da contratação, será expedido termo de recebimento definitivo, devendo haver rejeição do objeto no caso de desconformidade. O Termo de recebimento definitivo será lavrado pelo(s) fiscal(is) do Contrato.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**8.1.** As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos do (ORGÃO), consignadas às dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- **25901.10.302.0123.1003.0051**, Elemento de Despesa **449052**; Fonte: **0.150010020000**; da Ação Gestão e manutenção das ações da Aquisição e implantação de produtos e serviços - Atenção Especializada;
- **25901.10.302.0123.1003.0051**, Elemento de Despesa **449052**; Fonte: **0.160100000000**; da Ação Gestão e Aquisição e implantação de produtos e serviços - Atenção Especializada;

**8.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**9.1. Necessária apresentação de Garantia mínima de 12 (doze) meses para o item 02 e item 03 Seladora de papel grau cirúrgico e 24 (vinte e quatro) meses para os demais itens contra defeito de fabricação.**

**9.1.1.** O prazo mínimo de garantia técnica poderá ser ampliado conforme previsto na descrição complementar do item correspondente, passando a contar a partir da data do recebimento definitivo, definido e detalhado nos itens 12.2.2 e 12.2.4 deste termo.

**9.2.** A contratada deverá garantir a disponibilidade de assistência técnica especializada, própria ou devidamente credenciada, localizada no município de Fortaleza/CE ou Região Metropolitana, com infraestrutura compatível à execução dos serviços, sempre que o objeto envolver equipamentos que exijam instalação, montagem, calibração, testes de segurança elétrica ou outros serviços técnicos associados. Nesses casos, a equipe técnica deverá ser composta por profissionais com formação técnica ou superior nas áreas de Engenharia Biomédica, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica ou correlatas, devidamente qualificados e certificados pelos fabricantes, conforme o nível de complexidade dos equipamentos e conforme a atribuição técnica definida na Resolução CONFEA nº 1.073/2016.

**9.2.1.** Para equipamentos de fornecimento simples, que não demandem instalação, montagem, calibração ou testes de segurança elétrica, a contratada deverá apenas garantir a entrega, em perfeitas condições de uso, bem como os demais requisitos previstos neste Termo.

**9.3.** A contratada será responsável pela execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, componentes e insumos necessários, observadas as recomendações do fabricante e as normas técnicas aplicáveis, em especial a ABNT NBR IEC 60601-1 e correlatas.

**9.4.** A contratada deverá manter registro de todos os atendimentos realizados, em sistema informatizado ou planilha validada, contendo data, identificação do técnico, número do chamado, tempo de resposta e tempo de solução, disponibilizando esses registros sempre que solicitados pela Administração.

**9.5.** Nos casos em que os serviços forem realizados dentro das dependências das unidades de saúde, a contratada deverá observar as seguintes condições:

- obter autorização prévia do gestor da unidade e do responsável pelo setor onde o serviço será executado, com registro formal da data, horário e natureza da atividade;
- utilizar todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e pela Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) ;

### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



- garantir que os EPIs sejam integralmente fornecidos pela contratada, sem qualquer ônus adicional para a contratante;
- respeitar integralmente o ambiente hospitalar, observando as normas internas de controle de acesso, fluxo de pessoas e descarte de resíduos;
- zelar pela integridade e segurança de pacientes, profissionais e visitantes, evitando ruídos, odores, interrupções de energia ou quaisquer interferências que possam comprometer o funcionamento das atividades assistenciais;
- manter conduta ética, cortês e profissional durante todo o período de permanência nas dependências da unidade, sendo vedado o uso de trajas inadequados, aparelhos sonoros ou celulares em áreas assistenciais;
- identificar-se adequadamente, portando crachá funcional visível com o nome da empresa contratada e do técnico responsável;
- cumprir as normas de biossegurança, controle de infecção e vigilância sanitária vigentes, observando as determinações da ANVISA e da Secretaria Municipal da Saúde;
- não utilizar ferramentas, insumos ou materiais pertencentes à contratante, salvo mediante autorização expressa do gestor da unidade;
- garantir a limpeza e desinfecção da área de trabalho ao término da atividade, devolvendo o local nas mesmas condições em que foi recebido;
- cumprir os horários e regras de acesso definidos pela direção da unidade, especialmente em áreas críticas como centro cirúrgico, UTI, central de material esterilizado (CME), laboratório e imagem.

**9.6.** Durante o período de garantia, a contratada será responsável integralmente por todas as despesas relacionadas à assistência técnica, substituição de peças, materiais, componentes, mão de obra especializada, transporte, calibração, atualização de software e demais serviços necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

**97.** Os atendimentos deverão obedecer aos prazos máximos de resposta e solução estabelecidos neste Termo de Referência, incluindo o fornecimento de equipamento reserva, quando aplicável.

**9.8.** A garantia deverá abranger defeitos de fabricação, montagem, projeto, material ou funcionamento, bem como vícios ocultos, e se estenderá automaticamente a todos os itens substituídos ou reparados, reiniciando-se o prazo de garantia a partir da data da substituição ou conclusão do reparo.

**9.9.** Durante o período de garantia contratual, a contratada deverá realizar, sem ônus adicional para a Administração, todas as manutenções preventivas recomendadas pelo fabricante, de acordo com o cronograma previamente aprovado pela Engenharia Clínica/COREPH.

**9.10.** As intervenções deverão contemplar, no mínimo, inspeção funcional, testes de segurança elétrica, calibração, limpeza técnica, verificação de desempenho, substituição preventiva de componentes críticos e, quando aplicável, atualização de software ou firmware.

**911.** Cada visita preventiva deverá ser formalizada mediante relatório técnico detalhado, contendo a data da execução, identificação do técnico responsável, número de patrimônio e/ou série do equipamento, procedimentos realizados, peças substituídas e resultados dos testes efetuados.

**9.12.** O não cumprimento do cronograma de manutenção preventiva durante o período de garantia poderá ser considerado inadimplemento contratual, ensejando as medidas cabíveis previstas na legislação vigente e no contrato administrativo.

## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br





**9.13.** Os serviços de manutenção preventiva e corretiva dentro do período de garantia deverão obedecer aos seguintes prazos máximos de resposta e solução, contados a partir da abertura do chamado técnico devidamente registrado e autorizado pelo gestor da unidade ou pela Engenharia Clínica/COREPH:

**9.13.1.** Nos casos emergenciais ou críticos, que envolvem equipamentos essenciais para suporte à vida ou cuja falha interrompa serviço assistencial essencial — como em unidades de terapia intensiva, centros cirúrgicos ou emergências —, o prazo máximo de resposta será de até 4 (quatro) horas úteis, e o prazo máximo de solução será de até 24 (vinte e quatro) horas corridas. O atendimento deverá ser presencial e imediato, e, caso não seja possível solucionar o problema no local, a contratada deverá disponibilizar equipamento reserva compatível, mediante termo de entrega.

**9.13.2.** Nos casos corretivos não emergenciais, em que a falha não compromete diretamente a assistência imediata, mas impede o uso pleno do equipamento, o prazo máximo de resposta será de até 24 (vinte e quatro) horas úteis, e o prazo máximo de solução será de até 48 (quarenta e oito) horas úteis. O atendimento deverá ocorrer mediante agendamento, devendo ser utilizadas apenas peças originais ou equivalentes devidamente homologadas pelo fabricante.

**9.13.3.** As manutenções preventivas programadas deverão seguir o cronograma acordado entre a contratada e a Engenharia Clínica/COREPH, observando as recomendações do fabricante. A contratada deverá apresentar plano anual de manutenção preventiva, contendo as datas de execução e a identificação dos técnicos responsáveis.

**9.13.4.** O suporte técnico ou diagnóstico remoto, referente a dúvidas operacionais, orientações técnicas ou verificação de falhas à distância, deverá ter prazo máximo de resposta de até 8 (oito) horas úteis e prazo máximo de solução de até 24 (vinte e quatro) horas úteis. Esse suporte poderá ser realizado de forma presencial ou remota e deverá sempre gerar registro técnico formal do atendimento.

**9.14.** A contratada deverá registrar todos os atendimentos realizados (emergenciais, corretivos e preventivos) em relatórios técnicos padronizados, contendo data, hora, identificação do equipamento, número de patrimônio (quando aplicável), número de série, descrição da falha, serviço executado, peças substituídas e assinatura do técnico responsável.

**9.15.** Utilizar exclusivamente peças, componentes e acessórios originais e novos, fornecidos pelo fabricante do equipamento, acompanhados de nota fiscal e certificação de autenticidade, sendo vedado o uso de equivalentes não certificados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo, como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, ficando, ainda, obrigada a:

**10.2.** Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento;

**10.3.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021, tomando-se por base o valor contratual.

**10.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**10.5.** Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de até 48 HORAS que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**10.6.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**10.7.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**10.8.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**10.9.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**10.10.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica que incidam ou venha a incidir sobre a execução contratual, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**10.11.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal do objeto contratual;

**10.12.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**10.13.** Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.14.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**10.15.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**10.16.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**10.17.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para

## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**10.18.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

**10.19.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**10.20.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

**10.21.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**10.22.** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**10.23.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**10.24.** Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

**10.25.** Estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que se trata de manipulação dos dados da CONTRATANTE e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados.

**10.26.** Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de dados – LGPD (13.709/2018), contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados à CONTRATANTE, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informações, decorrentes de ação danosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar à CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**11.1.** Constituirão obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE, além de outras previstas no Edital de licitação e legislação pertinente:

**11.2.** Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço, nota de empenho ou documento equivalente.

**11.3.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, em conformidade com o Edital e seus anexos.

**11.4.** Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**11.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

**11.6.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**11.7.** Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência;

**11.8.** Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei, no Decreto Municipal nº 15.604/2023 e neste Termo de Referência;

**11.9.** Cientificar os órgãos responsáveis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

**11.10.** Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**11.10.1.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período

**11.11.** Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos.

**11.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**11.13.** Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 que trata da proteção dos dados pessoais, a CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia à CONTRATADA quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

**11.14.** Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATANTE com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

**11.15.** A CONTRATANTE se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares pessoas naturais vinculados à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e/ ou nas hipóteses previstas nos inciso II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

**11.16.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**12.1.** A execução do objeto da presente contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais e 1 (um) gestor do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 15.524, de 09 de janeiro de 2023, conforme quadro abaixo discriminado:

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



GESTOR				
	Setor	Nome	Matrícula	Cargo
TITULAR				
SUBSTITUTO				
FISCAL				
	Setor	Nome	Matrícula	Cargo
TITULAR				
SUBSTITUTO				

**12.2.** Ao(s) fiscal(is) e ao(s) gestor(es) competirão, além do previsto no Anexo I do Edital correlato, às seguintes atribuições conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 15.524, de 09 de janeiro de 2023.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**13.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o CONTRATADO que:

**14.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato;

**14.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**14.1.3.** Der causa à inexecução total do contrato;

**14.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**14.1.5.** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**14.1.6.** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**14.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**14.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**14.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**14.2.1.** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**14.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no §4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**14.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no §5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**14.2.4.** Multa de:

**14.2.4.1.** 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

**14.2.4.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 12 do Decreto nº 15.604, de 28 de março de 2023.

### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br





**14.2.4.1.2.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**14.2.4.1.3.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**14.2.4.1.4.** Entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

**14.2.4.2.** 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

**14.2.4.2.1.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**14.2.4.2.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**14.2.4.3.** 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

**14.2.4.3.1** Der causa à inexecução total do contrato;

**14.2.4.3.2.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**14.2.4.3.3.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**14.2.4.3.4.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**14.2.4.3.5** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**14.2.4.3.6** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**14.2.4.4.** Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documentos fiscal.

**14.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**14.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**14.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**14.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos

## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br





do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**14.6.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.7.** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.8.** O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Portal ComprasFOR do Município de Fortaleza.

**14.9.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**14.10.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**15.1.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**15.1.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**15.1.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**15.1.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**15.2.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**15.2.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**15.2.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**15.2.3.** Indenizações e multas.

**15.3.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**15.4.** Poderá ocorrer a extinção do contrato caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo com dirigente ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou na fiscalização do contrato, nos termos do art. 14, IV, da NLL.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

**16.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**17.1.** As licitantes devem observar e a CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**17.2.** Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

**17.2.1. “prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

**17.2.2. “prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

**17.2.3. “prática colusiva”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

**17.2.4. “prática coercitiva”:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

**17.2.5. “prática obstrutiva”:** (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**17.3.** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**17.4.** Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

**18.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**18.2.** O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**18.3.** Qualquer alteração contratual deverá ser realizada mediante termo aditivo ao presente contrato, inclusive com instrução, pareceres, avaliação do impacto orçamentário e decisão motivada, excetuando-se as hipóteses previstas no art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

**19.1.** A eficácia do contrato fica condicionada à publicação e divulgação integral no PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, nos moldes e prazos estabelecidos nos artigos 91, caput, 94 e 174 da Lei nº 14.133/2021, podendo ainda ser realizada a devida publicação no Diário Oficial do Município – DOM.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.1.** A Administração da CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito, de força maior ou omissos.

**20.1.1.** Para os casos previstos no “caput” desta cláusula, a CONTRATANTE poderá atribuir a uma comissão, por este designada por portaria, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

**20.1.2.** As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão da CONTRATANTE, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

**20.1.3.** Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração no endereço ou no telefone da empresa.

**20.1.4.** Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO**

**21.1.** Fica eleito o Foro do Município de Fortaleza do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa ou por meio da conciliação e mediação, nos moldes do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



(nome do representante)  
CONTRATANTE

(nome do representante)  
CONTRATADO(A)

Testemunhas: (nome da testemunha1) RG: CPF:	(nome da testemunha 2) RG: CPF:
--	---------------------------------------

Visto: (Nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)

**ANEXO V – JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE CONSÓRCIO**

O Município de Fortaleza vem, por meio desta, apresentar justificativa acerca da não participação de Empresas enquadradas nas modalidades de Consórcio no presente procedimento licitatório.

Acerca dos Consórcios, este Município informa que a conveniência de admitir a participação dos mesmos em procedimento licitatório é decisão meramente discricionária da Administração, conforme artigo 15 da Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, não seria vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, e isto traria riscos para a contratação, porque tal empresa poderá, de repente, ter os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas, com graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Município.

Outro aspecto importante na vedação de participação de empresas em regime de consórcio é quanto à expertise técnica, na comprovação de fornecimento de objetos semelhantes aos licitados. A comprovação da qualificação técnica tem como finalidade gerar para a administração a presunção de que se a licitante já executou com sucesso objeto similar tem condições para assim fazê-lo novamente. Essa presunção se forma com base na experiência obtida pela licitante com o exercício dessas atividades pretéritas. A qualificação técnica de determinada empresa não é algo que possa ser emprestado para outra pessoa jurídica, justamente por haver nela um caráter *intuitu personae*, e como tal, resta claro que pertencer ao consórcio não legitima a equivalência entre a experiência dessas empresas. Portanto, permitir que uma empresa, utilize a expertise de outra para adjudicar para si o objeto da presente licitação não é razoável, visto que embora pertencentes ao consórcio, é certo que estas empresas não atuaram de forma conjunta na obtenção desses atestados.

*(documento assinado digitalmente)*

**RIANE MARIA BARBOSA DE AZEVEDO**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**ANEXO VI – MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO**

ORDEM DE FORNECIMENTO Nº /20\_\_

<b><u>Nº CONTRATO</u></b>	<b><u>CONTRATADA</u></b>	<b><u>CNPJ</u></b>
<b><u>OBJETO DO CONTRATO:</u></b>		
<b><u>ESCOPO DA ORDEM DE FORNECIMENTO:</u></b> Descrição do objeto, conforme descrito abaixo:		
<b>Item</b>	<b>Produto</b>	<b>Qtd Vr Unitário Vr Total R\$</b>
		<b>R\$</b>
1		
<b>TOTAL</b>		<b>R\$</b>
<b><u>LOCAL DE ENTREGA:</u></b>		
<b><u>VALOR DA ORDEM DE FORNECIMENTO:</u></b>		
<b><u>VALOR GLOBAL DO CONTRATO:</u></b> R\$		
<b><u>PRAZO DE ENTREGA:</u></b> _____, contado da data de recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente.		

Pela presente ORDEM DE FORNECIMENTO fica a empresa, autorizada a fornecer os itens objeto do contrato nº /20\_\_, processo nº **P044771/2026** discriminado nesta OS.

Fortaleza, de de 20\_\_.

**Matrícula nº**

**Diretor/Coordenador Administrativo-Financeiro**

**ÓRGÃO / ENTIDADE**

**EMPRESA**

**CONTRATADO (A)**

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





**ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO**

(NOME DA LICITANTE), declara para os devidos fins que como licitante observará e, eventualmente contratada observará e fará observar pelos fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, a prática do mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**I -** Para os propósitos desta declaração, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “prática obstrutiva”:** (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**II -** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**III -** Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Licitante

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**ANEXO VIII – RELAÇÃO DOS CÓDIGOS DO CATMAT UTILIZADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
311724	<b>NEUROESTIMULADOR PARA BLOQUEIO DE PLEXO E NERVOS PERIFÉRICOS.</b> Descrição complementar: "Equipamento Neuroestimulador para bloqueio de plexo e nervos periféricos destinado à estimulação elétrica de nervos periféricos para auxílio na localização durante bloqueios anestésicos regionais. O equipamento deverá ser portátil, de uso manual, com alimentação por bateria interna recarregável ou pilhas alcalinas comuns AA ou AAA, possuir gabinete em material resistente, não condutor, com proteção contra respingos mínima IPX1 e display digital para visualização de parâmetros programados e em uso. Deverá apresentar faixa de corrente de saída ajustável de 0 a pelo menos 5 mA, com resolução mínima de 0,01 mA, faixa de duração de pulso ajustável de 0,05 a 1,0 ms, frequência de estimulação ajustável de 1 a 2 Hz, precisão mínima da corrente de $\pm 5\%$ , além de indicação visual e sonora a cada pulso emitido e saída isolada eletricamente para segurança do paciente. O equipamento deverá ser fornecido com os seguintes acessórios mínimos: 01 cabo de conexão para agulha isolada de bloqueio perineural, 01 cabo de conexão para eletrodo de referência cutâneo, 01 conjunto de eletrodos cutâneos descartáveis e 01 maleta rígida para transporte e armazenamento. Deverá atender à norma ABNT NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica) e ABNT NBR IEC 60601-2-40 (aplicável a estimuladores de nervos), além de possuir registro na ANVISA como equipamento médico. Acompanhar manual de operação em português em meio digital. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no território nacional."
615516	<b>ELETOENCEFALÓGRAFO PARA EXAMES DE ROTINA EM LABORATÓRIO OU CLÍNICA.</b> Descrição complementar: "O equipamento deverá ser microprocessado, destinado à captação, registro e análise de sinais elétricos cerebrais, para exames de rotina em pacientes de todas as idades. Deverá possuir no mínimo 32 canais ativos para EEG, expansível até pelo menos 64 canais, além de no mínimo 4 canais auxiliares para registro de parâmetros fisiológicos. A frequência de amostragem deverá ser de no mínimo 500 Hz por canal, com resolução de conversão analógica-digital de pelo menos 16 bits. A faixa de frequência deverá cobrir de 0,01 Hz a 100 Hz. O sistema deverá possuir filtros digitais passa-alta, passa-baixa e notch (60 Hz), ajustáveis por software. O nível de ruído máximo aceitável é de 0,5 $\mu\text{Vrms}$ , com rejeição de modo comum mínima de 100 dB. O equipamento deverá permitir monitoramento automático de impedância dos eletrodos, com indicação em tempo real, possuir interface de comunicação USB ou Ethernet, além de exportar dados em formato compatível com EDF (European Data Format). O software deverá estar em português, permitindo aquisição em tempo real, anotações durante o exame, visualização simultânea em múltiplas janelas, análise espectral e emissão de relatórios em formatos PDF e DOC, ou equivalentes. Deverão acompanhar o equipamento: 01 computador dedicado, compatível com o software, incluindo monitor de no mínimo 21"; 01 conjunto de eletrodos reutilizáveis, mínimo 25 unidades; Toucas de eletrodos em tamanhos adulto (P/M/G), pediátrico e neonatal; 01 kit de cabos e conectores compatíveis; Estimulador auditivo e estimulador visual; Fonte de alimentação compatível com rede elétrica nacional (220V ou bivolt automático); 01 carrinho de apoio móvel para acondicionamento do equipamento. O equipamento deverá atender integralmente às normas de segurança elétrica ABNT NBR IEC 60601-1 e demais normas correlatas, bem como às exigências da RDC ANVISA nº 751/2022. Deverá possuir garantia mínima de 24 meses. Deverá ser fornecido manual de operação em português, em meio físico e digital. Deverá ser realizado treinamento presencial para a equipe de saúde em

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



	cada unidade contemplada em Fortaleza/CE, no local de instalação, não sendo admitido treinamento a distância."
615517	<b>ELETOENCEFALÓGRAFO PORTÁTIL PARA EXAMES À BEIRA LEITO OU TRANSPORTE.</b> Descrição complementar: "Deverá possuir no mínimo 21 canais de EEG conforme sistema internacional 10-20 e, adicionalmente, no mínimo 2 canais poligráficos (ECG, EMG ou EOG). A resolução deverá ser de, no mínimo, 16 bits por canal, com frequência de amostragem mínima de 512 Hz, faixa de entrada de $\pm 200$ mV, impedância mínima de 100 M $\Omega$ e rejeição de modo comum de no mínimo 100 dB. O equipamento deverá dispor de filtros digitais programáveis (passa-baixa, passa-alta e notch 50/60 Hz), software específico para aquisição, visualização e análise, gravação digital de todos os canais e exportação em formato aberto (EDF ou equivalente). A alimentação deverá ocorrer por rede elétrica 100–240 V, 50/60 Hz, com bateria recarregável que garanta autonomia mínima de 4 horas de uso contínuo. O módulo de aquisição deverá ser portátil, com peso máximo de 1 kg, acondicionado em maleta rígida para transporte. Deverão acompanhar o equipamento: conjunto de eletrodos reutilizáveis padrão 10-20, toucas nos tamanhos adulto, pediátrico e neonatal, cabo de conexão paciente e kit inicial de gel ou pasta condutora. Será desejável a presença de fotoestimulador, quando disponível pelo fabricante do modelo ofertado. O equipamento deverá atender às normas ABNT NBR IEC 60601-1 e IEC 60601-2-26. O fornecedor deverá entregar manual impresso e em mídia digital em português e realizar treinamento presencial no local de instalação em cada unidade contemplada, todas localizadas em Fortaleza/CE. O prazo mínimo de garantia será de 24 meses para o equipamento e acessórios reutilizáveis."
415956	<b>ELETRONEUROMIOGRAFO PARA AVALIAÇÃO DA FUNÇÃO NEUROMUSCULAR.</b> Descrição complementar: "O equipamento deverá ser destinado à realização de exames eletrofisiológicos, incluindo eletromiografia (EMG), estudos de condução nervosa motora e sensitiva (NCS), potenciais evocados, estimulação repetitiva, onda F, reflexo H, Blink Reflex, Inchings e protocolos equivalentes. Deverá possuir no mínimo 04 canais de aquisição para EMG com entrada diferencial, resolução mínima do conversor analógico-digital de 16 bits, taxa de amostragem mínima de 20 kHz por canal, filtro passa-baixa ajustável até pelo menos 10 kHz, filtro passa-alta ajustável até pelo menos 0,5 Hz, impedância de entrada mínima de 100 M $\Omega$ , rejeição de modo comum mínima de 100 dB, ruído de entrada inferior ou igual a 1 $\mu$ V RMS e latência máxima do sistema de 5 ms. O equipamento deverá permitir calibração automática e manual dos canais de aquisição, dispor de sistema de estimulação elétrica periférica integrado com controle de intensidade e duração de pulso ajustável, bem como pedal de comando para iniciar ou interromper registros. O software deverá estar em português, compatível com sistemas operacionais Windows 10 ou superior, com licença definitiva para uso em todas as unidades contempladas, e apresentar funcionalidades mínimas como exibição simultânea de traçados em tempo real, armazenamento de exames em formato proprietário e aberto (XML, EDF ou similar), ferramentas de análise com cálculo automático de latência, amplitude, velocidade de condução, análise de repetitividade e geração de relatórios customizáveis em formato PDF ou equivalente. O equipamento deverá possuir conectividade mínima via USB, sendo desejável que também disponha de conexão Ethernet ou Wi-Fi. Deverá acompanhar o fornecimento no mínimo: dois cabos de entrada para EMG/NCS compatíveis, um conjunto de eletrodos de superfície reutilizáveis (mínimo 10 unidades), um conjunto de eletrodos de agulha descartáveis (mínimo 25 unidades em variados calibres), um estimulador elétrico periférico, pedal de comando e fonte de alimentação compatível com a rede elétrica nacional (100–240 V, 50/60 Hz). A assistência técnica autorizada ou credenciada deverá estar presente no município de Fortaleza/CE."

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



	O equipamento deverá ser fornecido com manual de operação em português, em meio físico e digital. O prazo de garantia mínima deverá ser de 24 (vinte e quatro) meses contra defeitos de fabricação. O fornecedor deverá realizar treinamento presencial, no local de instalação, para a equipe designada pela Administração em cada unidade contemplada, abrangendo operação do equipamento e software, não sendo admitido treinamento remoto."
--	---

**Havendo divergência entre o COMPRASGOV e o disposto nas especificações do Edital e no Termo de Referência, prevalecerão as disposições do Edital e seu Termo de Referência**

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número FMKMAWGK

Para conferir o original, acesse o site <https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento>, informe o malote 5343423 e código FMKMAWGK

Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: <https://validar.iti.gov.br/>

**ASSINADO POR:**